

EDITAL DE LICITAÇÃO **TOMADA DE PREÇOS N° 004/2021**

**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA
PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE
UMA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O
FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO
CMEI – PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS
“BENÉ”, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO
MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS.**

Com aplicação do art. 44, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006
(Empate Ficto/Direito de Preferência às ME e EPP).

Com tratamento: Favorecido, Diferenciado e Simplificado e prioridade de
contratação para as MEs e EPPs sediadas local ou regionalmente.
(Disposições do Decreto Federal nº 8.538/2015)

ABERTURA: DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2021 - ÀS 09:00 HORAS

**EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021**

ÍNDICE GERAL:

- Item 1.0. Preâmbulo;
- Item 2.0. Do Objeto, das Justificativas e da Fundamentação;
- Item 3.0. Da Obtenção do Edital e dos Esclarecimentos;
- Item 4.0. Da Impugnação do Edital;
- Item 5.0. Do Valor Máximo Total Estipulado;
- Item 6.0. Da Representação;
- Item 7.0. Das Condições de Participação;
- Item 8.0. Das Vedações e Informações na Participação;
- Item 9.0. Dos Envelopes de Habilitação e Comerciais
- Item 9.1. Dos Envelopes de Habilitação - (ENVELOPE N.º 01)
- Item 9.2. Dos Envelopes Comerciais - (ENVELOPE N.º 02)
- Item 10.0. Da Documentação de Habilitação;
- Item 10.1. Da Habilitação Jurídica;
- Item 10.2. Da Qualificação Técnica;
- Item 10.3. Da Qualificação Econômica Financeira;
- Item 10.4. Da Qualificação Fiscal e Trabalhista;
- Item 10.5. Da Declaração de Menores – Art. 7º, XXXIII, da CF/88;
- Item 10.6. Dos ANEXOS Complementares Integrantes do Edital;
- Item 11.0. Das Garantias Exigidas;
- Item 12.0. Do Direito de Preferência e do Tratamento: Favorecido às ME e EPP;
- Item 13.0. Do Processamento e do Julgamento;
- Item 14.0. Dos Recursos;
- Item 15.0. Da Adjudicação do Certame;
- Item 16.0. Da Homologação do Certame;
- Item 17.0. Da Contratação;
- Item 18.0. Da Subcontratação;
- Item 19.0. Do Início e da Execução das Obras;
- Item 20.0. Das Condições e Forma de Pagamento;
- Item 21.0. Dos Critérios de Reajuste e Recomposição de Preços.
- Item 22.0. Da Dotação Orçamentária;
- Item 23.0. Das Obrigações e Responsabilidade das Partes;
- Item 24.0. Do Prazo de Execução e da Vigência do Contrato;
- Item 25.0. Da Prorrogação;
- Item 26.0. Das Alterações Contratuais;
- Item 27.0. Da Aceitação e Recebimento das Obras;
- Item 28.0. Da Inexecução e da Rescisão;

Item 29.0. Das Sanções Administrativas;
Item 30.0. Das Multas;
Item 31.0. Das Disposições Gerais do Edital.

DOS ANEXOS:

ANEXO I Termo de Referência/Projeto Básico;
ANEXO II Declaração de Visita Técnica; (na habilitação);
ANEXO III Cadastramento; (na habilitação);
ANEXO IV Simples Credenciamento; (credenciamento);
ANEXO V Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo; (na habilitação - OBRIGATÓRIO);
ANEXO VI Modelo de Declaração de Enquadramento Me ou EPP. (prévio ou na habilitação - OBRIGATÓRIO);
ANEXO VII Modelo de Declaração de Menores; (na habilitação - OBRIGATÓRIO);
ANEXO VIII Modelo de Apresentação de Proposta. (na proposta - OBRIGATÓRIO);
ANEXO IX Modelo de Declaração de Restrição de Regularidade Fiscal da ME e EPP; (na habilitação);
ANEXO X Modelo de Procuração com firma reconhecida (na habilitação);
ANEXO XI Declaração de Elaboração de Proposta Independente; (na habilitação - OBRIGATÓRIO);
ANEXO XII Declaração do Quadro Societário;
ANEXO XIII Minuta de Contrato; (informativo – regras contratuais);
ANEXO XIV Declaração de Desistência de Pleito Recursal.

EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021

Processo Licitatório: Nº 026/2021

Forma de Execução: Indireta

Modalidade: Tomada de Preços Nº 004/2021

Tipo de Licitação: Menor Preço

Regime de Execução: Empreitada Por Preço Global

Aceitabilidade Preços: Menor Preço Global

Data da realização: 17/11/2021

Horário: 09:00 horas

Local: Rua Carlos de Pina, nº 72, Centro, CEP: 75.165-000, Ouro Verde de Goiás, sede da Prefeitura Municipal de Ouro Verde de Goiás.

E-mail: licitacao.ouroverde@gmail.com

1.0. DO PREÂMBULO:

1.1. A Pregoeira Letícia Ferreira Marques, designada pela municipalidade, usando a competência delegada no Decreto nº 091 de 10 de setembro de 2021, torna público que realizará licitação na modalidade **Tomada de Preços sob o nº 004/2021**, com forma de execução **Indireta**, do tipo **Menor Preço**, com adjudicação e aceitabilidade do valor por **Preço Global**, sob o regime de **Empreitada por Preço Global**, em sessão pública a ser realizada no endereço supracitado, cujo objeto será a obtenção da escolha de proposta mais vantajosa para a Administração Pública, dentro dos preceitos determinados pela Lei Federal nº 8.666/93, em observância aos princípios estabelecidos pela Constituição Federal, com vistas a **EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CMEI – PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS “BENÉ”**, conforme especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO**, em conformidade com o que dispõe o **art. 3º, II**, da Instrução Normativa 010/2015, integrantes deste Edital.

2.0. DO OBJETO, DAS JUSTIFICATIVAS E DA FUNDAMENTAÇÃO;

2.1. DO OBJETO:

2.1.1. O presente Procedimento tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CMEI – PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS “BENÉ”**, conforme especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO**.

2.1.3. Deverão estar inclusos nos preços todos os custos tais como: impostos e taxas, encargos fiscais, trabalhistas, leis sociais, previdenciárias, de segurança do trabalho ou quaisquer outros custos incidentes diretos ou indiretos, mesmo não especificados e que sejam necessários ao fornecimento, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro.

2.2. DAS JUSTIFICATIVAS:

2.2.1. A unidade escolar supracitada não conta com um centro administrativo adequado, dificultando os trabalhos internos, bem como o atendimento ao público em geral, e o fluxo de informações administrativas e pedagógicas.

2.2.2. Portanto, para garantir um atendimento de qualidade e, concomitantemente, gerar melhores resultados do ponto de vista administrativo, a organização do centro administrativo precisa acompanhar o dinamismo institucional, favorecendo o trabalho de forma global.

2.2.3. Como pode – se ver, um centro administrativo adequado é uma estratégia para garantir uma linha de trabalho mais coesa e aumentar o índice de satisfação da comunidade escolar, consolidando a tecnologia de gestão educacional entre os colaboradores, melhorando a produtividade e beneficiando a escola sob diversas óticas.

2.3. DA FUNDAMENTAÇÃO:

2.3.1. O presente procedimento tem como base o **Art. 22, II, §2º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores**, que estabelece normas gerais de licitação, bem como pelas regras estatuídas nas **Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014**.

2.3.2. O presente procedimento licitatório de **TOMADA DE PREÇOS nº 004/2021 é originário do Processo Licitatório nº 026/2021**.

3.0. DOS ESCLARECIMENTOS E OBTENÇÃO DO EDITAL:

3.1. DA OBTENÇÃO DO EDITAL:

3.1.1. O Edital e seus Anexos, poderão ser obtidos junto a Comissão de Licitação, **08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas**, de segunda a sexta-feira, na Sede Administrativa do Município de Ouro Verde de Goiás, situada na Rua Carlos de Pina, nº 72, Centro, CEP: 75.165-000, por solicitação no endereço eletrônico: licitacao.ouroverde@gmail.com, ou ainda no Site Oficial do Município de Ouro Verde de Goiás, Goiás: www.ouroverdegoias.go.gov.br.

3.2. DOS ESCLARECIMENTOS:

3.2.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao Edital poderão ser realizados mediante petição escrita entregue a CPL na Sede Administrativa do Município, via telefone no número (62) 3342 - 1122, ou via e-mail licitacao.ouroverde@gmail.com, no horário das 08:00 horas às 11:00 horas e 13:00 horas às 16:00 horas, **ATÉ O 3º DIA IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO DIA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**.

3.2.2. Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e Nome do Representante) que pediu esclarecimentos e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

3.2.3. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.2.4. A licitação será processada pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, constituída pela **Presidente da Licitação** e demais membros, por meio do **Decreto nº 091 de 10 de setembro de 2021**, e será devidamente publicada no Placard da Sede Administrativa do Município de Ouro Verde de Goiás - GO, no **Diário Oficial do Estado e Jornal de Grande Circulação**.

3.2.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame **na data marcada**, a sessão será automaticamente transferida para o **1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário e local inicialmente estabelecido**, desde que não haja comunicação oficial da **CPL** em contrário.

3.2.6. Declarado iniciado os trabalhos (mesmo na fase de eventual cadastro prévio ou credenciamento), mas havendo necessidade de sua prorrogação e adiamento em razão de fato superveniente, por qualquer que seja o motivo, a **CPL MOTIVARÁ E FUNDAMENTARÁ O FEITO E RECOLHERÁ TODA A DOCUMENTAÇÃO DE TODOS OS INTERESSADOS DEVIDAMENTE RUBRICADAS PELOS MESMOS, e REMARCARÁ EM COMUM ACORDO COM OS LICITANTES A DATA E HORÁRIO DA SUA RETOMADA.**

3.2.7. Havendo alguma interveniência conforme informado no item 3.2.5 e 3.2.6, a validade de toda documentação de **HABILITAÇÃO, PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR e OUTROS**, será considerada pela data inicialmente prevista para a audiência. Todavia será necessária a apresentação da documentação respectiva devidamente atualizada em momento que preceder a homologação e assinatura de contrato, como condição prévia validade, **SOB PENA DE INABILITAÇÃO.**

3.2.8. A abertura da sessão pública de **Tomada de Preços nº 004/2021** será no **dia 17/11/2021**. Os interessados deverão comparecer no dia, horário e local designado, preferencialmente com 15 (quinze) minutos de antecedência junto a Comissão de Licitação.

3.2.9. NÃO HAVERÁ TOLERÂNCIA em relação ao horário designado para o início da sessão, ou seja, **somente participarão os interessados presentes no dia e horário previamente determinado.**

3.2.10. APÓS O HORÁRIO DESIGNADO, DECLARADO O INÍCIO DOS TRABALHOS, NÃO MAIS SERÁ ADMITIDA O INGRESSO NA SALA DE AUDIÊNCIA DE NENHUM LICITANTE INTERESSADO, A NÃO SER NA CONDIÇÃO DE OUVINTE POR SE TRATAR DE SESSÃO PÚBLICA, DEVENDO MANTER UM COMPORTAMENTO ISENTO SOB PENA DAS SANÇÕES CABÍVEIS.

3.2.11. TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO NO EDITAL, NOS AVISOS, PUBLICAÇÕES, E DURANTE A SESSÃO PÚBLICA, OBSERVARÃO OBRIGATORIAMENTE O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF, E DESSA FORMA SERÃO REGISTRADAS NO SISTEMA E NA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO CERTAME.

3.2.12. Qualquer modificação no Edital exige nova divulgação pelos mesmos instrumentos de publicação, em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.0. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

4.1. Qualquer cidadão pessoa **FÍSICA**, ou qualquer pessoa **JURÍDICA** na condição de não interessada, poderá solicitar a **impugnação** do Edital por **irregularidade na aplicação de lei**, nos termos do **art. 41, § 1º**, da Lei Federal nº 8.666/93, devendo o **PEDIDO** ser **PROTOCOLIZADO FORMALMENTE até 05 (cinco) dias úteis** antes da data designada para a abertura dos envelopes de habilitação, na sede da licitante no endereço Rua Carlos de Pina, nº 72, Centro, CEP: 75.165-000, Ouro Verde de Goiás, Goiás, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

4.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Administração, **o licitante** que não o fizer **até o segundo dia útil que anteceder a aberturados envelopes de habilitação, conforme disposto no art. 41 § 2º da Lei Federal 8.666/93.**

4.3. Os pedidos de impugnações deverão encaminhados no prazo legal, dirigidos ao Presidente da Comissão de Licitação, em conformidade com o art. 109 da Lei nº 8.666/93, mediante petição fundamentada e protocolada junto à Comissão de Licitação. As falhas ou irregularidades que viciariam este edital não terão efeito suspensivo.

4.4. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório **até o trânsito em julgado da decisão a ele pertinente**, nos termos do art. 41, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.5. O PEDIDO será **PROTOCOLIZADO FORMALMENTE** no prazo disposto no item anterior, e será dirigida ao **PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**, mediante petição motivada, fundamentada e protocolada, junto à Sede da Administrativa do Órgão ou Entidade licitante, *in casu*, na **Rua Carlos de Pina, nº 72, Centro, CEP: 75.165-000, Município de Ouro Verde de Goiás, Estado de Goiás.**

5.0. DO VALOR MÁXIMO GLOBAL ESTIPULADO:

5.1. O **valor máximo global estipulado** para execução dos serviços de objeto desta licitação conforme especificado nas Planilhas, Cronograma e demais peças de engenharia, será da ordem de **R\$ 219.064,35 (duzentos e dezenove mil e sessenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).**

6.0. DA REPRESENTAÇÃO:

6.1. No dia, horário e local designado para recebimento dos envelopes, antes da abertura da sessão pública, os licitantes deverão promover um **SIMPLES CREDENCIAMENTO**, visando identificar a legitimidade de representação dos licitantes interessados, que será formalizado com a apresentação da seguinte documentação:

6.1.1. Se por membro da composição societária, munido de cópia do **Ato Constitutivo**, Estatuto (composição da diretoria) ou **Contrato Social** e sua última alteração (se for o caso), ou com certificação digital que permita validação eletrônica, que lhe confira poderes expressos para exercer direito e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devendo identificar-se, exibindo cópia da carteira de identidade ou outro documento equivalente com foto autenticada.

6.1.2. Se outra pessoa, mesmo da composição societária, que não tenha **poderes expressos** para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, instrumento de **procuração particular ou público**, devidamente **reconhecido firma**, acompanhada da fotocópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou **Contrato Social** da empresa, e sua última alteração (se for o caso), com poderes expressos para exercer direitos e assumir obrigações pertinentes ao certame em nome da representada, devendo apresentar **cópia da carteira de identidade** ou outro documento oficial equivalente **com foto**.

6.1.3. DECLARAÇÃO DE SIMPLES CREDENCIAMENTO servirá **tão somente para identificação do licitante e o seu representante legal**, e poderá vir assinado pelo interessado fora de qualquer envelope, ou mesmo ser assinado pelos interessados e representantes no início dos trabalhos - ANEXO IV.

7.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

7.1. Poderão participar do certame as empresas do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídas e que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos, mínimos, de qualificação exigidos neste Edital para a execução de seu objeto, nos termos do **art. 21, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.**

7.2. A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO IMPLICA AUTOMATICAMENTE NA ACEITAÇÃO INTEGRAL DOS TERMOS DESTES EDITAIS, SEUS ANEXOS E LEIS APLICÁVEIS.

8.0. DAS VEDAÇÕES E INFORMAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO:

8.1. Interessados que se encontrarem-se em processo ou situação de falência, ou recuperação judicial.

8.2. Estiverem em suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com órgão e ou entidade da Administração Pública Municipal;

8.3. Forem declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, Municipal, Estadual ou Federal;

8.4. Que esteja reunida em consórcio ou outro tipo de coligação;

8.5. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação;

8.6. Não poderá participar da licitação servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

8.7. Não poderão participar da licitação empresas que possuam como diretores, responsáveis técnicos ou sócios, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado do órgão ou entidade licitante;

8.8. NO CASO DE PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA MATRIZ, TODA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA SERÁ A DELA RELATIVA, NÃO SENDO ACEITO NENHUM DOCUMENTO INERENTE ÀS FILIAIS, BEM COMO O INVERSO, SALVO DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS E LEGAIS, QUE PERMITAM DOCUMENTAÇÃO COMUM.

8.9. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua documentação e proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

8.10. NO MOMENTO DA SESSÃO PÚBLICA OS LICITANTES DEVERÃO PROMOVER INDIVIDUALMENTE AS AVALIAÇÕES DOCUMENTAIS E INTERPELAÇÕES DE IMPUGNAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS, BEM COMO ARGUIÇÕES RECURSAIS, SENDO VEDADA A COMUNHÃO DE MAIS DE UM LICITANTE PARA QUALQUER TIPO DE PRONÚNCIA, RECLAMAÇÃO OU IMPUGNAÇÃO, VISANDO EVITAR EVENTUAL TUMULTO E A CONDUTA ANTIÉTICA OU ATENTATÓRIA AO BOM ANDAMENTO DO CERTAME.

8.11. SOMENTE PODERÃO MANUSEAR DOCUMENTOS, ANALISAR-LOS, PRONUNCIAR NA SESSÃO, ARGUIR IMPUGNAÇÕES DE PROPOSTAS E HABILITAÇÃO, E PROMOVER, PRONUNCIAR INTERESSE RECURSAL, E PROMOVER OS DEMAIS ATOS DE PERSECUÇÃO NO CERTAME, OS REPRESENTANTES COM PODERES ESPECIAIS PARA O FEITO, DECLARADOS EM INSTRUMENTO DE MANDATO OU REGULAMENTO SOCIETÁRIO NA CONDIÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DIRETA.

8.12. O responsável pela representação da licitante, enquadrada como MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, para que essa possa gozar dos benefícios previstos no **Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS - Das**

Aquisições Públicas da referida Lei, é necessário à apresentação, no ato do simples credenciamento, de UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS:

a) Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial (IN 103/2007, § 8º) comprovando o enquadramento na categoria de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, lembrando que serão vistoriados o prazo de validade e o selo de autenticidade;

b) Certidão ou Comprovação emitida pela internet (www.receita.fazenda.gov.br), de Optante pelo Simples, comprovando o enquadramento na categoria de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, lembrando que seus dados serão conferidos pela Equipe de Apoio perante o site correspondente;

c) Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente da sede da Empresa, para as empresas inscritas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, comprovando o enquadramento na categoria de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

d) Simples declaração afirmando que a empresa se enquadra na condição de beneficiários das prerrogativas da Lei Complementar nº 123/2006, assinada pelo representante da empresa ME ou EPP conforme **Anexo IV**, sob pena das sanções legais cabíveis (se necessário).

e) A comprovação solicitada poderá efetivada através de Cláusula de Enquadramento como MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, disposta no Contrato Social.

8.13. As certidões ou comprovações descritas nas letras acima deverão possuir data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

9.0. DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E COMERCIAIS

9.1. DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO - (ENVELOPE Nº 01):

9.1.1. OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, contendo toda a documentação exigida neste Edital, deverão ser entregues a CPL, de forma indevassável, fechado, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados no preâmbulo deste Edital.

9.1.2. O envelope deverá conter em sua parte externa e frontal a seguinte identificação:

ENVELOPE 01
HABILITAÇÃO

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REFERENTE: TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021
PROPONENTE: _____
CNPJ: _____
REPRESENTANTE LEGAL: _____
TELEFONE: _____

9.1.3. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

9.1.3.1. Logo após a Presidente da CPL irá proceder com a abertura do envelope de “HABILITAÇÃO” para verificação do atendimento às exigências.

9.1.3.2. Ultrapassada a fase de habilitação, sem pronúncia de pretensão recursal, a Comissão promoverá a abertura do envelope contendo a documentação e propostas. No caso de pronúncia

recursal os procedimentos seguirão as determinações estatuídas no ITEM 15 deste Edital e terá efeito suspensivo.

9.1.3.3. OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DEVERÃO SER APRESENTADOS EM ORIGINAL, POR QUALQUER PROCESSO DE CÓPIA ASSINADA, OS QUAIS SERÃO CONFERIDOS E ATESTADOS A SUA AUTENTICIDADE PELA AGENTE ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO (PREGOEIRA) NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.726/2018, OU COM CERTIFICAÇÃO DIGITAL QUE PERMITA VALIDAÇÃO ELETRÔNICA.

9.1.3.4. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

9.1.3.5. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.

9.1.3.6. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor.

9.1.3.7. Concluída a fase de HABILITAÇÃO o licitante não poderá desistir de sua proposta, salvo por motivo justo proveniente de fato superveniente, nos termos do art. 43, § 6º, da Lei Federal nº 8.666/93. Para tanto após o aceite da comissão o licitante assinará **DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE PRETENSÃO RECURSAL - ANEXO XIV**, e se absterá de exercer os direitos de avaliação documental e rubrica dos documentos remanescentes.

9.2. DOS ENVELOPES COMERCIAIS - (ENVELOPE Nº 02):

9.2.1. DOS ENVELOPES COMERCIAIS – contendo as propostas comerciais deverão ser elaborados em conformidade com as exigências do Edital, e entregues a CPL de forma indevassável, fechado, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados no preâmbulo deste Edital.

9.2.2. Quaisquer custos e despesas omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, devendo o objeto ser executado sem ônus adicionais.

9.2.3. O envelope deverá conter em sua parte externa e frontal a seguinte identificação:

<p style="text-align: center;">ENVELOPE 02 PROPOSTA DE PREÇOS À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO REFERENTE: TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021 PROPONENTE: _____ CNPJ: _____ REPRESENTANTE LEGAL: _____ TELEFONE: _____</p>

DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

9.2.4. Na “Proposta de Preços” o licitante formulará a “**APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**”, **ANEXO VIII**, devendo:

9.2.5. Ser redigida preferencialmente na mesma ordem constante dos **ANEXOS**, em papel timbrado da empresa, ou em papel liso com carimbo, datada e assinada pelo representante legal da Proponente.

9.2.6. Informar acerca da qualificação do licitante, indicando a razão social da Proponente, CNPJ, endereço completo CEP e UF, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para identificação e acesso ao licitante.

9.2.7. Discriminar de forma sucinta o objeto licitado, informando que a proposta se refere à **TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021**.

9.2.8. Informação acerca do **prazo de execução das obras, não inferior ao disposto no cronograma respectivo**, cujos parâmetro estão dispostos nos **Cronogramas, e documentos informativos, parte integrante deste Edital e seus anexos**;

9.2.9. A validade das propostas não inferiores a **60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS, CONTADOS DA DATA DA ENTREGA DA PROPOSTA E NÃO DA ASSINATURA DA MESMA**.

9.2.10. Ser apresentada com preços expressos em moeda corrente nacional, utilizando apenas **02 (duas) casas decimais após a vírgula** (Lei Federal nº 9.069/95), apresentando o **valor global da proposta**.

9.2.9.1. AS PROPOSTAS SERÃO ELABORADAS COM BASE NAS PLANILHAS COMPLETAS CONTENDO OS QUANTITATIVOS E RESPECTIVOS PREÇOS UNITÁRIOS, TOTAIS, PARCIAIS, E PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA, COM TODAS AS FOLHAS RUBRICADAS PELO REPRESENTANTE DA EMPRESA INTERESSADA.

9.2.9.2. O Preço Global e Unitário propostos não poderão ultrapassar o limite do valor máximo orçado disposto nos anexos, exceto os casos de ordenamento legal específico.

9.2.9.3. COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS E DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS, NÃO PODENDO SER INDICADOS MEDIANTE O USO DA EXPRESSÃO VERBA OU DE UNIDADES GENÉRICAS.

9.2.9.4. COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DOS BDI's, (Bonificação e Dispensas Indiretas) detalhando todos os seus componentes, e também em forma percentual, nos termos dos Projetos, Memoriais, Planilhas, Orçamentos, Mapas, Cronogramas e demais documentos informativos, parte integrante deste Edital e ANEXOS.

9.2.9.5. **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DETALHADO DAS OBRAS**, nos termos dos Projetos, Memoriais, Planilhas, Orçamentos, Mapas, Cronogramas e demais documentos informativos, parte integrante deste Edital e ANEXOS.

9.2.9.6. COMPOSIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS conforme os modelos fornecidos e demais documentos informativos, parte integrante deste Edital e ANEXOS.

9.2.9.7. A FALTA DAS TABELAS, COMPOSIÇÕES E CRONOGRAMAS EXIGIDOS ACIMA ENSEJARÁ A DESCLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DA PROPOSTA.

10.0. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA: (INSERIDO NO ENVELOPE Nº 01).

10.1.1. Será exigida dos licitantes a comprovação das condições de **HABILITAÇÃO**, devendo ser apresentados 01 (uma) cópia de todos os documentos ora indicados (**autenticados ou originais**) na forma legal:

10.1.2. Independente da natureza ou forma de constituição da empresa apresentar cópia da cédula de identidade ou documento oficial equivalente com foto do (representante legal da empresa);

10.1.3. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

10.1.4. Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** em vigor com sua última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.1.5. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

10.1.6. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.2.1. Prova de inscrição ou registro, da licitante e do (s) responsável (eis) técnico (s), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto.

10.2.2. Comprovação do licitante possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos envelopes, profissional (is) de nível superior detentor (es) de atestado (s) de responsabilidade técnica por execução de serviços em características semelhantes com o objeto desta licitação devidamente acervado no CREA.

12.2.2.1. A comprovação do vínculo empregatício do profissional ou da relação jurídica que alude o subitem anterior far-se-á, no momento da habilitação, através de:

Trabalhista: comprovado por meio de apresentação de cópia autenticada de ficha de registro de empregado ou anotação na CTPS, por exemplo;

Contratual: comprovado por meio de apresentação de cópia autenticada de instrumento de contrato de prestação de serviços;

Societário: comprovado por meio da verificação do nome do responsável técnico no ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, desde que denote uma ligação de caráter não eventual desse profissional com o interessado na licitação.

NOTA - Informações importantes quanto à qualificação técnica:

N1. O (s) atestado (s) apresentado (s) deverá(ão) mencionar endereço e telefone da declarante e ser assinado (s) por seus representantes legais, se reservando a Comissão Permanente de Licitação, o direito de promover diligência para esclarecimentos que julgar pertinentes, como previsto no § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93.

N2. A licitante deverá apresentar, em até 05 dias úteis após a homologação do certame, declaração do (s) profissional (is) indicado (s) como responsável (is) técnico (s), de que concorda com sua inclusão na equipe técnica e que irá participar da execução dos serviços em questão.

N3. Caso seja necessária a substituição do (s) profissional (is) indicado (s), a licitante deverá fazê-lo por outro de qualificação igual ou superior, apresentando os documentos necessários para esta comprovação, de acordo com o item **10.2.1.** e subitens subsequentes, para análise e aprovação da Administração.

10.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.3.1. Certidão negativa de “Falência e Recuperação Judicial” expedida pelo **Cartório Distribuidor do DOMICÍLIO DO LICITANTE** ou **CERTIDÃO** obtida junto ao **Tribunal de Justiça do Estado** da empresa participante.

10.3.2. As referidas certidões deverão CONTER EXPRESSAMENTE em seu conteúdo, a tratativa de inexistência de processo de FALÊNCIA e RECUPERAÇÃO JUDICIAL, DE FORMA EXPRESSA, CONJUNTA OU INDIVIDUAL.

10.3.2.1. Para o cumprimento deste item a licitante deverá comprovar também:

Capital mínimo ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor total estimado desta contratação, devendo a comprovação ser feita até a data da abertura do primeiro envelope, na forma da lei, admitindo a atualização para esta data através de índices oficiais, ou:

Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do **ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA)**, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

NOTA: Sociedade criada no exercício em curso deverá apresentar fotocópia do balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

NOTA: O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão apresentar o valor mínimo igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \end{aligned}$$

- As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;
- Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão se reserva do direito de efetuar os cálculos.
- Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

10.4. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.4.1. DA REGULARIDADE FISCAL:

10.4.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ** do Ministério da Fazenda (www.receita.fazenda.gov.br) com data de expedição não superior a **90 (noventa) dias**;

10.4.1.2. Inscrição Municipal ou Estadual, compatível com ramo de atividade do objeto licitado;

10.4.1.3. Certidão Negativa de Débito Municipal (SEDE DO LOCAL DA OBRA – **MUNICÍPIO DE OURO VERDE DE GOIÁS - GO**);

10.4.1.4. Certidão Negativa de Débito Municipal (SEDE DA EMPRESA PARTICIPANTE OU FILIAL);

10.4.1.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede (www.sefaz.go.gov.br);

10.4.1.6. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** através de **Certidão Negativa** de débitos relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União, **abrangendo as Contribuições Sociais**, expedida pela Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);

10.4.1.7. Prova de regularidade junto ao **FGTS** - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (www.caixa.gov.br), em situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

10.4.2. DA REGULARIDADE TRABALHISTA:

10.4.2.1. Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – **CNDT**, expedida Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br).

10.4.3. As empresas ME e EPP, que comprovarem serem beneficiárias da Lei Complementar 123/2006, e alterações 147/2014, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.5. DOS ANEXOS COMPLEMENTARES INTEGRANTES DO EDITAL:

10.5.1. A apresentação de Certificado de Registro Cadastral – CRC **não substituirá a documentação de habilitação solicitada, devendo ser observados como condição de habilitação os critérios deste edital;**

10.5.2. A VISITA TÉCNICA será efetivada juntamente com o CADASTRAMENTO, emitidos pela CPL ou Responsável designado, atestando que o Representante da Licitante, que possuía poderes expressos de representação, esteve no local onde se realizarão as obras e tomou conhecimento da localização e condições de para execução do objeto – **ANEXOS II e III** - observando ainda:

10.5.2.1. A visita técnica de acordo com o TCU visa “propiciar ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto”.

10.5.2.2. Não será admitido um mesmo representante para a efetivação de visita técnica para mais de um licitante.

10.5.2.3. A VISITA TÉCNICA E O CADASTRAMENTO poderão ser efetivados a partir da publicação do Edital, até o 3º dia que anteceder a abertura dos envelopes, e dependerá de **PRÉVIO AGENDAMENTO** pelo telefone (62 3342.1122).

10.6. SOMENTE PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO AS EMPRESAS DEVIDAMENTE CADASTRADAS ATÉ O 3º (TERCEIRO) DIA ÚTIL ANTERIOR À DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES.

10.6.1. Para o CADASTRAMENTO em epígrafe será necessário à apresentação na Sede Administrativa do Município dos seguintes documentos:

10.6.1.1. Comprovante de inscrição do CNPJ;

10.6.1.2. Se por membro da composição societária, munido de cópia do Ato Constitutivo, Estatuto (composição da diretoria) ou **Contrato Social** devidamente e sua última alteração (se for o caso), **que**

lhe confira poderes expressos para exercer direito e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e **cópia da carteira de identidade** ou documento oficial equivalente **com foto**.

10.6.1.3. Se por outra pessoa, mesmo da composição societária, que não tenha **poderes expressos** para exercer direito e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, instrumento de **procuração particular ou público (com firma reconhecida)**, acompanhada da fotocópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou **Contrato Social** da empresa e sua última alteração (se for o caso), com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada, devendo apresentar **cópia da carteira de identidade** ou documento oficial equivalente **com foto**.

10.7. O CADASTRAMENTO em epígrafe **não substitui** a documentação necessária para a **HABILITAÇÃO DOS LICITANTES**, as quais serão avaliadas no momento oportuno dentro da persecução do certame: **habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira**, e que atendam a todas as condições e exigências deste Edital e da Lei nº 8.666/93, devendo apresentar documentação e proposta que atendam integralmente o seu objeto.

10.8. DECLARAÇÃO DE SIMPLES CREDENCIAMENTO servirá tão somente para identificação do Licitante e o seu representante legal, e poderá vir assinado pelo interessado fora de qualquer envelope, ou mesmo ser assinado pelos interessados e representantes no início dos trabalhos - **ANEXO IV**;

10.9. DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua participação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar quaisquer fatos supervenientes que eventualmente possa ensejar tal situação a ser apresentado no envelope de Habilitação – **ANEXO V (OBRIGATÓRIO)**;

10.10. DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, será apresentada fora do envelope, em momento que precede a abertura do envelope de habilitação. Todavia a Comissão poderá validar sua apresentação caso esteja dentro do mesmo, sem nenhum prejuízo dos direitos por ela produzidos, **ANEXO VI** - (substitui os documentos constantes da Clausula 8.12, letras “a”, “b”, “c”, “d” ou “e”);

10.11. DECLARAÇÃO DE MENORES, ART. 7º, XXXIII, CF/88, declarando inexistir trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de 18 anos, ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de menor aprendiz, na forma da lei - **ANEXO VII**;

10.12. MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA, contendo as informações básicas de identificação e comunicação com a licitante, valores, prazos e validade da proposta, nos termos do item 9.2.4 a 9.2.8, **ANEXO VIII**, acompanhada dos documentos de propostas Itens 9.2.9 e de mais exigências desse edital;

10.13. DECLARAÇÃO DE RESTRIÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL da ME e EPP, informando a existência de irregularidade fiscal, devendo se fazer presente a referida certidão, mesmo que apresente alguma restrição – **ANEXO IX**;

10.14. MODELO DE PROCURAÇÃO, definindo e conferindo expressamente os poderes outorgados de administração e representação, bem como eventuais poderes especiais, modelo sugestivo - **ANEXO X**;

10.15. DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE, declarando que a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado,

discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa a ser apresentado no envelope de Habilitação – **ANEXO XI.**

10.16. DECLARAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO, declarando que na composição societária da empresa não consta servidor público ativo ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista – **ANEXO XII.**

10.17. DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE PLEITO RECURSAL, será utilizado apenas nos casos em que o certame permitir a renúncia de pleito recursal por parte do licitante, com o intuito de dar celeridade em etapas processuais em razão dos princípios da celeridade e eficácia processual – **ANEXO XIV;**

11.0. DAS GARANTIAS EXIGIDAS:

11.1. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

11.1. A Administração Municipal convocará a licitante vencedora do certame por publicação no site oficial do município ou e-mail, em até 05 (cinco) dias úteis, após a homologação da Tomada de Preços e adjudicação a informar a modalidade de garantia de execução contratual, no valor de **05% (cinco por cento)**, do valor global contratado, na modalidade que optar dentre as adiante relacionadas:

11.1.1. Caução em Títulos da Dívida Pública – os títulos deverão ser escriturais mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

NOTA: A LICITANTE VENCEDORA deverá prestar esta modalidade de garantia no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato sob pena de aplicação de penalidades.

11.1.2. Seguro-Garantia – a apólice deverá vigor pelo prazo do CONTRATO.

NOTA 1: Caso a Licitante optar por essa modalidade de garantia deverá inserir na apólice cobertura referente às obrigações trabalhistas bem como as previdenciárias e fiscais.

NOTA 2: A LICITANTE VENCEDORA deverá prestar esta modalidade de garantia no prazo de **15 (quinze)** dias após a assinatura do contrato sob pena de aplicação de penalidades.

11.1.3. Fiança Bancária – A carta de Fiança deverá vigor pelo prazo do CONTRATO.

NOTA: A LICITANTE VENCEDORA deverá prestar esta modalidade de garantia no prazo de **15 (quinze)** dias após a assinatura do contrato sob pena de aplicação de penalidades.

11.1.4. Caução em dinheiro: No caso de dinheiro o depósito deverá se efetuar na conta bancária em nome do Município de Ouro Verde de Goiás sendo: Agência 5127, Conta Corrente nº 2339-7 (arrecadação) Banco Itaú. As demais garantias seguem o prazo retro e a não comprovação da garantia inabilitará o licitante e a não comprovação da garantia inviabilizará a assinatura do contrato, possibilitando as sanções previstas neste edital.

NOTA: A LICITANTE VENCEDORA deverá prestar esta modalidade de garantia no prazo de **5 (cinco)** dias após a assinatura do contrato sob pena de aplicação de penalidades.

11.2. No caso de utilização da garantia para o pagamento de débitos da licitante vencedora, esta deverá providenciar a correspondente reposição no prazo máximo de **05 (cinco)** dias úteis a contar da data em que for notificada.

11.3. A garantia somente será liberada após o cumprimento integral das obrigações da licitante vencedora e desde que não haja pendências com o **Município de Ouro Verde de Goiás**.

12.0. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E DO TRATAMENTO: FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO ÀS ME E EPP:

12.1. DIREITO DE PREFERÊNCIA ÀS ME E EPP:

12.1.1 Havendo **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** na situação de empate, a Presidente da Comissão de Licitação examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

12.1.2. Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006, como **critério de desempate**, será assegurada preferência de contratação para as **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**.

12.1.3. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada apresentada por empresa que não se enquadre como ME/EPP.

12.1.4. Ocorrendo o empate a **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar NOVA PROPOSTA de preço inferior àquela considerada vencedora do certame** no prazo máximo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, sob pena de preclusão do direito de preferência, **conforme disposto no Art. 44, § 1º e Art. 45, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.**

12.1.5. No caso de **desinteresse** da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada em formular nova Proposta de Preços, serão convocadas as **remanescentes** que porventura se enquadrem na hipótese do **Item 12.1.3, na ordem classificatória**, para o exercício do mesmo direito;

12.1.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no **Item 12.1.3**, será realizado **sorteio** entre elas para que se identifique aquela que terá o direito apresentar nova proposta.

12.1.7. Formulada nova proposta a Presidente da CPL examinará a aceitabilidade desta, quanto ao objeto e valor, situação em que poderá ser adjudicado em seu favor o objeto licitado.

12.1.8. Caso não haja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte dentro da situação de empate ou não ocorra à apresentação de nova proposta ou não sejam atendidas às exigências documentais de habilitação, será declarado vencedor o licitante originalmente detentor da melhor proposta, sendo a ele adjudicado o objeto do certame.

12.1.9. A prerrogativa do art. 44, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006 somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

12.1.10. As **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, por ocasião da participação em certames licitatórios, **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.**

12.1.11. Havendo alguma **restrição** na comprovação da **regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, **podendo ser prorrogado por igual período**, a critério da Administração

Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme disposto no art. 43 § 1º da LC nº 147/2014.

12.1.12. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 12.1.11, implicará decadência do direito à contratação, **sem prejuízo das sanções** previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666/93, **sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação**, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.1.13. SE HOUVER A NECESSIDADE DE ABERTURA DO PRAZO PARA A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE **REGULARIZAR SUA DOCUMENTAÇÃO FISCAL OU APRESENTAR NOVA PROPOSTA DE PREÇOS**, A PRESIDENTE DA CPL **DEVERÁ SUSPENDER A SESSÃO** E REGISTRARÁ EM ATA PARA QUE TODOS OS PRESENTES FIQUEM CIENTES DAS OCORRÊNCIAS E SEJAM DE PRONTO INTIMADOS PARA NOVA SESSÃO.

12.1.14. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será **declarada vencedora**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

12.1.15. A não regularização da documentação ou a não apresentação de nova proposta, implicará a decadência do direito à contratação e respectiva inabilitação do licitante.

12.2. TRATAMENTO: FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO, COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA AS MEs E EPPs SEDIADAS LOCAL OU REGIONALMENTE:

12.2.1. Será concedido neste procedimento licitatório o Tratamento Favorecido, Diferenciado e Simplificado, para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas no **ÂMBITO LOCAL OU REGIONAL**, nos termos do art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº 147/2014, nos seguintes termos:

a) **Âmbito Local** – os limites geográficos do Município de Ouro Verde de Goiás - GO, onde será executado o objeto da contratação.

b) **Âmbito Regional** – os limites geográficos do Estado de Goiás ou da região metropolitana, que podem envolver mesorregiões ou microrregião, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

12.2.2. MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - OS BENEFICIADOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

12.2.3. Fica assegurada a **PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO** às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas em ÂMBITO LOCAL ou REGIONAL, cujos valores apresentados sejam iguais ou **até 10 (dez por cento)**, superiores ao menor preço apresentado por empresas **não sediadas** no âmbito Local ou Regional.

12.2.4. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte sediadas em ÂMBITO LOCAL terão preferência de contratação em relação às demais, enquanto as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas em ÂMBITO REGIONAL terão preferência de contratação em relação às sediadas fora do âmbito regional.

12.2.5. Ocorrendo o empate a nos termos do item 12.2.3, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada **poderá apresentar NOVA PROPOSTA** de preço inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, sob pena de

preclusão do direito de preferência, **conforme disposto no Art. 44, § 1º e Art. 45, inciso I**, da Lei Complementar nº 123/2006.

12.2.6. No caso de **desinteresse** da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada em **formular nova Proposta** de Preços nos termos do item 12.2.5, serão convocadas as **remanescentes** que porventura se enquadrem na hipótese do **Item 12.2.3, na ordem classificatória**, para o exercício do mesmo direito;

12.2.7. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no **Item 12.2.3**, será realizado **sorteio** entre elas para que se identifique aquela que terá o direito apresentar nova proposta.

12.2.8. Formulada nova proposta a Presidente da CPL examinará a aceitabilidade desta, quanto ao objeto e valor, situação em que poderá ser adjudicado em seu favor o objeto licitado.

12.2.9. Caso não haja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte dentro da situação de empate ou não ocorra à apresentação de nova proposta ou não sejam atendidas às exigências documentais de habilitação, será declarado vencedor o licitante originalmente detentor da melhor proposta, sendo a ele adjudicado o objeto do certame.

13.0. DO PROCESSAMENTO E DO JULGAMENTO:

13.1. DO PROCESSAMENTO:

13.1.1. No dia, horário e local designado para recebimento dos envelopes, após processo **SIMPLES DE CREDENCIAMENTO**, os licitantes deverão apresentar e entregar os seus envelopes distintos de **HABILITAÇÃO** e **PROPOSTA**, devidamente lacrados e rubricados por todos os licitantes presentes, com os documentos devidamente preenchidos, assinados, e autenticados nos termos deste Edital.

13.1.2. Todas as licitantes deverão apresentar as **DECLARAÇÕES (ANEXOS)** exigidas. A ausência das **DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS** constitui motivo para a **INABILITAÇÃO** da Licitante do certame.

13.1.3. Os Envelopes de Propostas lacrados serão devolvidos às licitantes inabilitadas, mediante assinatura de **Declaração de Renúncia de Pretensão Recursal - ANEXO XIV**, ou serão retidos até o encerramento do certame caso o licitante se abstenha de tal reconhecimento ou haja pretensão recursal por parte dos interessados.

13.1.4. O processamento e julgamento obedecerão às regras estatuídas no art. 43 e seguintes, da Lei Federal nº 8.666/93, aplicando-se as regras gerais e especiais de direito público.

13.1.5. Serão abertos os envelopes contendo as **PROPOSTAS HABILITAÇÃO**, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica, observado o direito de pleito recursal a cada etapa distinta nos termos da Lei Federal nº 8.666.93.

13.2. DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO:

13.2.1. O critério de julgamento do tipo **Menor Preço**, com aceitação e adjudicação do valor por **PREÇO GLOBAL**, na forma de execução **indireta**, no **REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

13.2.2. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO E EQUIPE TÉCNICA AVALIARÃO AS PLANILHAS, CONTENDO OS ORÇAMENTOS E MEMORIAIS DE CÁLCULOS COM VALORES UNITÁRIOS E GLOBAIS, BEM COMO A COMPOSIÇÃO DOS BDI's, de acordo com os

Projetos, Memoriais, Planilhas, Orçamentos, Mapas, Cronogramas e demais documentos informativos, parte integrante deste Edital e ANEXOS.

13.2.3. Os preços oferecidos incluem todas as despesas necessárias à execução total da obra conforme as especificações e **ANEXOS** contidos neste Edital.

13.2.4. COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIO DE TODOS OS ITENS CONSTANTES NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA CONFORME MODELOS DISPONIBILIZADOS.

13.3. Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital, ou apresentar preços manifestamente inexequíveis, observado **COMO REFERÊNCIA** as determinações contidas no art. 48, II, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

13.3. Caso a CPL entenda que o **preço é inexequível**, deverá estabelecer prazo de **02 (dois) dias úteis** para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço.

13.4. Para demonstração da exequibilidade do preço ofertado, serão admitidos:

13.5. Planilha de custos elaborada pelo licitante, com base em valores de mercado;

13.6. Documento que comprove contratação em andamento com preços semelhantes;

13.7. Verificada a inexequibilidade do preço, a CPL poderá convocar os licitantes detentores das propostas imediatamente superiores, na ordem de classificação, para apresentação da documentação e proposta comercial.

13.8. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, a presidente da CPL declarará o licitante vencedor do certame.

14.0. DOS RECURSOS:

14.1. A CPL negará admissibilidade ao recurso quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido. A renúncia expressa em Ata ou declaração em termo próprio importará decadência do direito de recurso.

14.2. A pretensão de interesse recursal tanto na fase de habilitação quanto na fase de proposta, terá efeito suspensivo, sendo concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das referidas razões recursais, contados da pronúncia que será reduzida em ATA ou ainda poderá optar o licitante em apresentá-la na própria Sessão Pública, sendo reduzidas a termo na respectiva ATA.

14.3. Independente da opção recursal, fica os demais licitantes **automaticamente intimados** a apresentar contrarrazões no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da lavratura da **ATA** ou do protocolo do recurso, desde que previamente notificados pela Comissão sendo-lhes assegurada vista integral dos autos junto à sede administrativa da unidade ou órgão licitante.

14.4. A apresentação das razões de recurso e das contrarrazões, assim como documentos complementares, serão efetuadas obrigatoriamente mediante protocolo junto a Comissão de Licitação, na sede administrativa do órgão ou unidade licitante, na Rua Carlos de Pina nº 72, Centro, CEP. 75.165-000, Ouro Verde de Goiás, Estado de Goiás, exceto se pronunciadas de forma integral com motivação e fundamento na ATA da respectiva sessão, abrindo-se nesse momento o prazo para contrarrazões, nos termos do **item 14.3.**

14.5. Os recursos serão encaminhados à Autoridade Superior, por intermédio da Comissão de Licitação, que poderá reconsiderar no prazo de até 05 dias úteis, ou neste prazo fazê-la subir devidamente informados, para decisão definitiva no prazo de 05 dias úteis, contados do seu recebimento.

14.6. Os recursos terão efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, exceto quando manifestamente protelatórios ou quando a CPL reconsiderar sua decisão.

14.7. As decisões de eventuais recursos serão divulgadas mediante publicação no Diário Oficial do Município da mesma forma utilizada para as publicações e praxe.

14.8. Na renúncia de interesse recursal expressa em ATA (assinada pelo licitante) ou em termo próprio, permitirá a CPL a devolver os envelopes de “HABILITAÇÃO” e ou de “PROPOSTA COMERCIAL” inviolados aos licitantes podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

15.0. DA ADJUDICAÇÃO DO CERTAME:

15.1.1. A presidente da CPL encaminhará o procedimento à **Autoridade Competente** que **adjudicará** o objeto da licitação a empresa vencedora, **quando inexistir manifestação interesse recursal**, com a posterior homologação do resultado também pela autoridade competente com base no **art. 43, VI**, da Lei Federal nº 8.666/93.

15.1.2. Ocorrendo a interposição de recurso, os autos subirão devidamente informados, no prazo de 05 dias úteis, à Autoridade Superior para decisão em igual período contado do recebimento, nos termos do art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93.

16.0. DA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME

16.1. Constatada a regularidade dos atos procedimentais por parte da autoridade competente, esta **homologará** o procedimento licitatório, também com base no **art. 43, VI**, da Lei Federal nº 8.666/93.

16.2. Decididos os recursos porventura interpostos e, constatada a regularidade dos atos procedimentais por parte da Autoridade Superior, esta **homologará** o procedimento licitatório, podendo cancelá-lo por ilegalidade ou mesmo revogá-lo por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente motivado, nos termos do Art. 49, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

17.0. DA CONTRATAÇÃO:

17.1. Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor ficará **notificado na própria sessão** para firmar o termo de contrato, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação por e-mail ou telefone ou qualquer outro meio oficial que se comprove a convocação**.

17.2. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente formalizada e fundamentada.

17.3. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente.

17.4. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação e aplicadas às sanções editalícias dispostas neste instrumento convocatório.

18.0. DA SUBCONTRATAÇÃO:

18.1. A **CONTRATADA**, na execução do contrato, **não poderá subcontratar** no todo ou parte o objeto licitado, mesmo que considerada atividade meio e divisível, observadas as regras dispostas neste edital.

19.0. DO INÍCIO E DA EXECUÇÃO DAS OBRAS:

19.1. DO INÍCIO:

19.1.1. Os serviços serão executados no CMEI Professora Benedita Gomes dos Santos “Bené”.

19.2. DA EXECUÇÃO DA OBRA:

19.2.1. O início das obras fica condicionado à emissão da ordem de serviço e deve ser iniciada em até 15 (quinze) dias após sua expedição, a obra deve ser executada em no máximo 90 (noventa) dias após seu início. Obrigatoriamente devem ocorrer as medições de todas as etapas da obra, inclusive, com registros fotográficos. As medições devem ser aprovadas pelo Arquiteto responsável pelo acompanhamento das obras do Município de Ouro Verde de Goiás.

19.2.1. Quando da execução dos serviços por parte da contratada, for detectado que os mesmos não atendem às necessidades do Município, a contratada deverá refazê-los sem ônus adicionais.

19.2.2. As despesas com hospedagem, alimentação e transporte, do Engenheiro ou de sua equipe em seus deslocamentos à Sede da Contratante, será por conta da **CONTRATADA**.

19.2.3. Todas as demais despesas e custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços ora licitados correrão inteira e exclusivamente por conta da **CONTRATADA**.

20.0. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:

20.1. Pagamento será realizado com recursos do Tesouro Municipal, bem como emendas parlamentares estaduais ou federais e convênios que vierem a ser firmados;

20.2. Os pagamentos serão realizados mediante a execução de cada etapa de serviços a cada 30 dias.

20.3. Após conferência da medição pelo Arquiteto responsável pelo acompanhamento das obras do Município, o pagamento será efetuado após a emissão da respectiva nota fiscal, em até 30 (trinta) dias a contar do respectivo protocolo, acompanhada das certidões:

- **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, através de Certidão expedida pelo Órgão responsável da Sede da empresa licitante;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual**, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal**, através de Certidão Negativa de débitos relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições Sociais, expedida pela Receita Federal;
- **Prova de regularidade junto ao FGTS** - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, em situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- **Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho**, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT, expedida Tribunal Superior do Trabalho.

20.4. A empresa executora será responsável por qualquer problema na obra por um período de 01 (um) ano e por 03 (três) anos por problemas estruturais;

20.5. A empresa terá um prazo de **90 (noventa) dias** para conclusão das obras, após emissão da ordem de serviços.

20.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada antes de compensadas eventuais sanções ou penalidades relativas ao descumprimento total ou parcial, dispostas no instrumento contratual.

21.0. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTES E RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS:

21.1. As variações de preços ocorridas em razão atualização e compensações não poderão ser reajustados.

21.2. Poderá haver a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos valores contratados, nos termos do art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que se comprove de forma incontestada, o fato imprevisível mediante motivos e fundamentos capazes de suportar o pleito.

21.3. O pedido de equilíbrio econômico-financeiro disposto no item retro será solicitado por meio de petição formal protocolada junto à Administração, devidamente instruída com os fatos, fundamentos e documentos que comprovem a imprevisão para o caso, cujo pedido não gera efeito suspensivo quanto às solicitadas já efetivadas.

21.4. O Município de Ouro Verde de Goiás - GO terá 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a análise dos fatos, desde que a documentação instrutória seja suficiente para comprovar o pleito.

21.5. Caso a documentação inicialmente apresentada seja insuficiente para a esmerada análise do pleito, poderá a Administração diligenciar o fornecedor para justificação ou mesmo complementação documental necessária a conclusão do pleito.

21.6. Caso ocorra a necessidade de diligenciamento a Administração suspenderá os pedidos até o julgamento do pleito estando o fornecedor suspenso temporariamente das obrigações.

21.7. Sendo julgado improcedente o pleito de reequilíbrio econômico financeiro ou mesmo constatado que possuiu fins protelatórios serão aplicadas ao fornecedor registrado as sanções dispostas neste edital.

22.0. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

22.1. Os recursos inerentes à execução de serviços dispostos nas leis orçamentárias aprovadas para o exercício de 2021 em vigor assim classificada: 09.15.12.365.404.2.051.4.4.90.51 FONTE: 124.

23.0. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

23.1. DA CONTRATADA:

23.1.1. A licitante vencedora se obriga, nos termos deste Procedimento:

23.1.2. Após a ratificação do procedimento o licitante será convocado a comparecer para assinatura do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal.

23.1.3. O licitante vencedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de execução, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento do valor total do contrato se necessário e a critério da Administração;

23.1.4. O atraso ou a falta injustificada da execução dos serviços objetos desta licitação no todo ou em parte causará aos licitantes Penalidades e Multas conforme disposto no termo convocatório.

23.1.5. Zelar pelo perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato e do Termo de Referência, observando rigorosamente os prazos fixados.

23.1.6. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, quaisquer anormalidades, que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução do contrato, propondo as ações corretivas necessárias;

23.1.7. É de obrigação da CONTRATADA providenciar toda a documentação pessoal necessária para o contrato de todos os PROFISSIONAIS e o recebimento das assinaturas dos mesmos;

23.1.8. No caso de pessoa jurídica fornecer as devidas notas fiscais/faturas, nos termos da lei e cumprir todas as obrigações fiscais decorrentes da execução do Contrato, responsabilizando-se por quaisquer infrações fiscais daí advindas, desde que a infração fiscal tenha resultado de obrigação da CONTRATADA.

23.1.9. No caso de pessoa jurídica a CONTRATADA deverá enviar uma cópia da Nota Fiscal imediatamente após sua emissão, para o endereço eletrônico: dpcomprasouroverde@outlook.com e para os responsáveis pela execução das atividades de controle fiscal do CONTRATANTE.

23.1.10. No caso de pessoa jurídica recolher aos órgãos competentes, rigorosamente em dia todos os encargos fiscais e trabalhistas, podendo a administração cancelar o contrato caso não haja os cumprimentos das obrigações trabalhistas e fiscais dentro do prazo legal.

23.2. DO CONTRATANTE:

23.2.1. São de responsabilidades da Contratante o acompanhamento e a conferência dos serviços executados conforme disposto no edital.

23.2.2. O CONTRATANTE designará o Senhor **THIAGO SILVA OLIVEIRA – CREA/CAU Nº A109143-3** como **Gestor do Contrato** responsável pela fiscalização e acompanhamento da sua execução nos termos do **art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93**, conforme decreto de nomeação.

23.2.3. O CONTRATANTE se obriga a efetuar o devido pagamento ao **CONTRATADO**, referente aos serviços executados, e remeter advertência ao **CONTRATADO**, por escrito, se os serviços não forem executados de forma satisfatória.

23.2.4. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Termo de Referência e do Contrato.

23.2.5. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o que estabelecem o Termo de Referência e do Contrato.

23.2.6. Atestar as notas fiscais/faturas no caso de pessoa jurídica e verificar relatórios e folha de frequência para as pessoas físicas, desta forma, será liberado o processo de pagamento no prazo determinado;

23.2.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as imperfeições, falhas, e demais irregularidades constatadas na execução dos procedimentos previstos no presente Termo de Referência e no Contrato. Efetuar os pagamentos, no prazo e nas condições indicadas neste instrumento, comunicando à CONTRATADA quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos.

23.2.8. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA.

23.2.9. O CONTRATANTE poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA.

23.2.10. Poderá o CONTRATANTE sustar o pagamento de qualquer nota fiscal/Recibo, nos seguintes casos:

- a) incoerência na prestação de serviços, de responsabilidade da CONTRATADA;
- b) prestação de serviço em desacordo com as condições estabelecidas;
- c) erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

24.0. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

24.1. A obra deverá ser iniciada imediatamente após emissão da ordem de serviço, devendo ser executada conforme memorial descritivo, no prazo máximo de **90 (noventa) dias**. O prazo de vigência deste contrato começa a contar a partir da assinatura deste, até **o dia 31 de dezembro de 2021**, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

25.0. DA PRORROGAÇÃO:

25.1. A paralisação ou redução do ritmo de execução da obra, por ato da Administração deverá ser motivado e fundamentado, sendo o mesmo considerado para devolução e prorrogação;

25.2. As obras poderão ser prorrogadas até o ato de sua conclusão, quando a alteração do cronograma de execução for provocada pela Administração, observados os fundamentos e motivação, e desde que mantidas as condições inicialmente pactuadas;

25.3. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, nos casos dispostos no art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93;

25.4. Caso haja necessidade de aditamento, supressão, ou por motivo de caso fortuito ou força maior, se no prazo acordado não se constituir êxito na conclusão do objeto, observado as condições estatuídas na Lei Federal nº 8.666/93.

26.0. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

26.1. O contrato poderá ser alterado mediante **Termo Aditivo, com as devidas justificativas e motivações, nos casos previsto no art. 65, I e II, da Lei Federal nº 8.666/93.**

26.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras e serviços, até o percentual de **25% (vinte e cinco) por cento**, do valor inicial atualizado do contrato, **nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93**, sendo vedados acréscimos que ultrapassem os referidos limites.

27.0. DA ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DAS OBRAS;

27.1. As obras em desconformidade com as especificações técnicas não serão aceitas pela administração, salvo situações provenientes de alteração de projeto devidamente documentadas.

27.2. As falhas e vícios de construção não serão admitidos até a integral reparação e adequação, sem ônus para a administração mantidas as condições de qualidade, nos prazos arrazoados pela Administração e reduzidos a termo, conforme art. 69, caput da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções editalícias e contratuais.

27.3. O descumprimento dos prazos de conclusão, podem caracterizar descumprimento parcial ou total do contrato gerando as sanções previstas neste edital.

27.4. Após a conclusão de cada etapa de obra, a **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente a Administração para vistoria, que emitirá no prazo de até 15 dias, para o termo de aceite e recebimento provisório, nos termos do art. 73, I, da Lei Federal nº 8.666/93.

27.5. Após a conclusão total da obra, a contratada comunicará formalmente a Administração que no prazo de até 60 dias emitirá o termo de recebimento definitivo, ficando a contratada responsável pelas garantias da legislação civil e legislação especial, cabível ao caso respectivo.

28.0. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO:

28.1. DA INEXECUÇÃO:

28.1.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas aos serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente.

28.2. DA RESCISÃO:

28.2.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, sem prejuízo das sanções dispostas no edital e instrumento de contrato e demais previstas em lei ou regulamento.

28.3. Constituem, além de qualquer transgressão de legislação ou regulamento, causas de rescisão contratual:

28.3.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

28.3.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

28.3.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

28.3.4. O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

28.3.5. A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

28.3.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

28.3.7. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

28.3.8. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

28.3.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

28.3.10. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

28.3.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

28.3.12. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

28.3.13. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

28.3.14. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

28.4. A rescisão do contrato poderá ser:

28.4.1. Determinada por **ato unilateral** da Administração conforme determina o Art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

28.4.1.1. A rescisão unilateral será sempre que motivada pelo **CONTRATADO**, em especial nas situações dispostas nos incisos I a XII e XVII do **art. 78**, da Lei Federal nº 8.666/93.

28.4.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

28.4.2.1. A rescisão bilateral amigável deverá ser precedida de autorização, devidamente motivada e fundamentada pelas partes.

28.4.3. Judicial, nos termos da legislação;

29.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

29.1. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo **CONTRATANTE**, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem além das sanções pecuniárias escritas neste edital e ainda:

29.1.1. Advertência por escrito;

29.1.2. Multa.

29.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 anos.

29.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo de 02 até (dois) anos, conforme dispõe o art. 87, da Lei nº 8.666/93;

29.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 anos.

29.1.2. A sanção prevista no **Item 29.1.4**, depende de processo administrativo e manifestação da Assessoria Jurídica, depois de concedido o contraditório e a ampla defesa dos interessados, por um prazo de 15 (quinze) dias.

29.3. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93.

30.0. DAS PENALIDADES E MULTAS:

30.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor disposto no cronograma para o período, e ainda se perdurar a inércia será atribuída juros moratórios de 0,33% ao dia sobre o saldo do valor contratado, limitado a 10%.

30.2. A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

31.0. DISPOSIÇÕES GERAIS DO EDITAL:

31.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

31.2. É FACULTADO À CPL OU À AUTORIDADE SUPERIOR EM QUALQUER FASE DO PROCESSAMENTO, PROMOVER DILIGÊNCIA DESTINADA A ESCLARECER OU COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO DO PROCESSO, BEM COMO SOLICITAR A ELABORAÇÃO DE PARECERES TÉCNICOS DESTINADOS A FUNDAMENTAR AS DECISÕES.

31.3. A PRESIDENTE DA CPL NO JULGAMENTO DAS DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS PODERÁ RELEVAR OMISSÕES PURAMENTE FORMAIS OU MATERIAIS, E SANAR ERROS OU FALHAS QUE NÃO ALTEREM A SUBSTÂNCIA DAS PROPOSTAS, DOS DOCUMENTOS E DE SUA VALIDADE JURÍDICA, MEDIANTE DESPACHO FUNDAMENTADO, ACESSÍVEL A TODOS OS INTERESSADOS, SENDO POSSÍVEL A PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIA DESTINADA A ESCLARECER OU A COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO DO PROCESSO, INCLUSIVE PESQUISAS OU CONSULTAS VIA INTERNET.

31.4. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente edital.

31.5. Transcorrido o prazo recursal e decididos os recursos eventualmente interpostos, ou na hipótese da renúncia à apresentação de recursos, será o resultado da licitação submetido à autoridade competente, para o procedimento de **adjudicação** do objeto desta licitação ao vencedor e **homologação** do certame dando condição de plena validade.

31.6. A contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

31.7. O resultado desta licitação será comunicado aos **licitantes no local da reunião**, no mesmo dia do julgamento, ou, caso contrário, publicado na **Imprensa Oficial do Município** nos moldes utilizados para as publicações de praxe.

31.8. É facultado à Administração, quando o adjudicatário não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista neste edital nos termos do art. 64, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

31.9. O objeto deste edital poderá sofrer **acréscimos ou supressões** nos limites estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

31.10. Ao participar do presente certame, a empresa interessada demonstra conhecer e estar apta a cumprir todas as condições, peculiaridades e especificações técnicas contidas neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**, em especial **Projetos, Memoriais, Planilhas, Orçamentos, Mapas, Cronogramas e ART e demais documentos informativos, parte integrante deste Edital e Termo de Referência.**

31.11. A presente licitação somente poderá ser **revogada** por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou **anulada**, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Ouro Verde de Goiás - Goiás, **aos 21 dias do mês de outubro de 2021.**

Letícia Ferreira Marques
Pregoeira

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

1.0. OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CMEI – PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS “BENÉ”.

2.0. JUSTIFICATIVA

2.1. A unidade escolar supracitada não conta com um centro administrativo adequado, dificultando os trabalhos internos, bem como o atendimento ao público em geral, e o fluxo de informações administrativas e pedagógicas.

2.2. Portanto, para garantir um atendimento de qualidade e, concomitantemente, gerar melhores resultados do ponto de vista administrativo, a organização do centro administrativo precisa acompanhar o dinamismo institucional, favorecendo o trabalho de forma global.

2.3. Como pode – se ver, um centro administrativo adequado é uma estratégia para garantir uma linha de trabalho mais coesa e aumentar o índice de satisfação da comunidade escolar, consolidando a tecnologia de gestão educacional entre os colaboradores, melhorando a produtividade e beneficiando a escola sob diversas óticas.

3.0. FORMA E PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

3.1. A obra deverá ser iniciada imediatamente após emissão da ordem de serviço, devendo ser executada conforme memorial descritivo, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

3.2. Executado o contrato, o seu objeto será recebido pelo fiscal do contrato e responsável técnico do Município, SR. THIAGO SILVA OLIVEIRA, e dar-se-á mediante termo circunstanciado, na forma do Inciso I, do Art. 73, da Lei de Licitações.

4.0. COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS:

4.1. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, como impostos, taxas, encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas e outros.

4.2. O preço médio estimado para a execução dos serviços é **de R\$ 219.064,35 (duzentos e dezenove mil e sessenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).**

4.3. Observação: As proponentes licitantes deverão elaborar a proposta de preços limitada ao valor descrito no item 4.2, devendo elaborar ainda planilha orçamentária onde nenhum valor de cada item poderá ser superior aos valores detalhados na planilha orçamentária disponibilizada pelo município, sob pena de desclassificação da proposta, elaborando ainda o cronograma físico financeiro considerando que a obra deverá ser concluída no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a partir da data da emissão da ordem de serviço, e em conformidade com os serviços e valores descritos no cronograma físico financeiro.

5.0. DA DESPESA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. A dotação orçamentária para atendimento às despesas decorrentes será a seguinte:
09.15.12.365.404.2.051.4.4.90.51 FONTE: 124.

6.0. DO PAGAMENTO:

6.1. Pagamento será realizado com recursos do Tesouro Municipal, bem como emendas parlamentares estaduais ou federais e convênios que vierem a ser firmados;

6.2. Os pagamentos serão realizados mediante a execução de cada etapa de serviços a cada 30 dias.

6.3. Após conferência da medição pelo Arquiteto responsável pelo acompanhamento das obras do Município, o pagamento será efetuado após a emissão da respectiva nota fiscal, em até 30 (trinta) dias a contar do respectivo protocolo, acompanhada das certidões:

- **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, através de Certidão expedida pelo Órgão responsável da Sede da empresa licitante;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual**, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal**, através de Certidão Negativa de débitos relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições Sociais, expedida pela Receita Federal;
- **Prova de regularidade junto ao FGTS** - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, em situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- **Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho**, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT, expedida Tribunal Superior do Trabalho.

6.4. A empresa executora será responsável por qualquer problema na obra por um período de 01 (um) ano e por 03 (três) anos por problemas estruturais;

6.5. A empresa terá um prazo de **90 (noventa) dias** para conclusão das obras, após emissão da ordem de serviços.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada antes de compensadas eventuais sanções ou penalidades relativas ao descumprimento total ou parcial, dispostas no instrumento contratual.

7.0. DAS OBRIGAÇÕES:

7.1. A CONTRATADA:

a) Se compromete a realizar os serviços requisitados de acordo com as especificações previstas neste contrato, enquanto durar a sua vigência;

b) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

c) Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre o serviço deste contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Contratante;

d) Iniciar o serviço imediatamente depois de recebida a ordem de serviço da Secretaria requisitante, informando, em tempo, hábil, qualquer motivo impeditivo ao início de sua execução;

e) Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços, bem como, com ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes e roubo;

f) Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente nos locais de trabalho;

g) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato sem a anuência do contratante;

h) A Contratada deverá executar os serviços em até 90 (noventa) dias após o recebimento da Ordem de Serviço.

i) Responsabilizar-se pelas despesas diretas ou indiretas tais como: salários, transporte, alimentação, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho da prestação dos serviços objeto deste contrato.

j) Responsabilizar-se pela eventual necessidade de substituição do(s) equipamento(s)/ferramenta(s) por outro(s) nas mesmas condições, quando houver necessidade de consertos ou revisão.

k) Manter, durante a execução do contrato, todas as exigências do ato convocatório.

l) Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários ou quaisquer despesas inerentes a esta Contratação, os quais deverão estar inclusos nos preços ofertados.

m) Assumir todos os riscos pela manutenção dos equipamentos/ferramentas, não cabendo ao CONTRATANTE nenhuma responsabilidade por eventuais danos sofridos ou causados pelo mesmo, tanto materiais como físicos, em caso de acidentes aos funcionários, devendo a CONTRATADA providenciar seguro contra acidentes pessoais.

n) Comunicar aos seus Contratados todas as políticas internas da empresa, bem como comunicá-los sobre as mudanças que venham a acontecer no decorrer do Contrato.

o) Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares de Segurança, Medicina e Higiene do Trabalho, bem como as demais normas trabalhistas tais como pagamento de verbas e encargos trabalhistas dos seus contratados.

7.2. A CONTRATANTE:

a) São de responsabilidades da Contratante o acompanhamento e a conferência dos serviços executados conforme disposto no edital.

b) **O CONTRATANTE** designará o Senhor **THIAGO SILVA OLIVEIRA – CREA/CAU Nº A109143-3** como **Gestor do Contrato** responsável pela fiscalização e acompanhamento da sua execução nos termos do **art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93**, conforme decreto de nomeação.

c) **O CONTRATANTE** se obriga a efetuar o devido pagamento ao **CONTRATADO**, referente aos serviços executados, e remeter advertência ao **CONTRATADO**, por escrito, se os serviços não forem executados de forma satisfatória.

d) Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Termo de Referência e do Contrato.

e) Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o que estabelecem o Termo de Referência e do Contrato.

f) Atestar as notas fiscais/faturas no caso de pessoa jurídica e verificar relatórios e folha de frequência para as pessoas físicas, desta forma, será liberado o processo de pagamento no prazo determinado;

g) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as imperfeições, falhas, e demais irregularidades constatadas na execução dos procedimentos previstos no presente Termo de Referência e no Contrato.

Efetuar os pagamentos, no prazo e nas condições indicadas neste instrumento, comunicando à CONTRATADA quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos.

- h) Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA.
- i) O CONTRATANTE poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA.
- j) Poderá o CONTRATANTE sustar o pagamento de qualquer nota fiscal/Recibo, nos seguintes casos:
 - incoerência na prestação de serviços, de responsabilidade da CONTRATADA;
 - prestação de serviço em desacordo com as condições estabelecidas;
 - erros, omissões ou vícios nas notas fiscais;

8.0. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

8.1. A vigência do contrato administrativo será até o dia 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, objetivando resguardar o pagamento das despesas decorrentes com da execução das obras e serviços considerando que a execução das obras se estima em 90 (noventa) dias, conforme detalhado no cronograma físico financeiro.

Ouro Verde de Goiás - Goiás, **aos 21 dias do mês de outubro de 2021.**

Ana Paula Rolindo
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Sirlene Gomes Pereira
Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Interinamente

MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS DE EXECUÇÃO.

Obra: Centro Administrativo do CMEI Professora Benedita Gomes dos Santos “Bené”.

Local da Obra: Ouro Verde de Goiás.

Endereço: Rua das Flores, Qd. 35, Lt. 01, Centro.

Área Construída: 173,45 m²

DESCRIÇÃO DA OBRA/SERVIÇO E DISPOSIÇÕES GERAIS:

1. DESCRIÇÃO GERAL DO PROJETO

A obra trata-se da execução do edifício de uma edificação institucional para o funcionamento do Centro Administrativo do CMEI Professora Benedita Gomes dos Santos “Bené”.

2. DESCRIÇÃO DOS AMBIENTES

- 1 - Recepção;
- 2 - Secretaria;
- 3 - Diretoria;
- 4 - Coordenação;
- 5 - Banheiros;
- 6 - Sala professores;
- 7 - Almoxarifado; e
- 8 - Área Serviço.

3. SERVIÇOS INICIAIS

Todos os materiais e serviços a serem empregados deverão satisfazer as exigências da ABNT. Junto à obra deverá ficar uma via deste Memorial Descritivo, e dos projetos devidamente aprovados pelas autoridades competentes, acompanhados pela Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do ARQUITETO/ENGENHEIRO responsável pelo projeto e pela execução da obra. Também deve permanecer no local da obra a placa de obra em local bem visível.

A obra será demarcada com todo o rigor, os esquadros serão conferidos a trena e as medidas da planta serão tomadas em nível.

4. MOVIMENTO DE TERRA

Serão executadas quando o volume de terra a deslocar seja compatível com a capacidade da mão-de-obra disponível em serviço.

4.1 TRANSPORTE E MOVIMENTAÇÃO DE TERRA:

Serão executados com os meios adequados e de acordo com o volume de terra escavado, obedecendo a regras de segurança e racionalização dos trabalhos.

4.2 REATERRO COMPACTADO E APILOAMENTO

O apiloamento será feito compactando o fundo de vala em toda a sua área, podendo ser manual ou mecanicamente. O reaterro de valas e demais escavações, principalmente quando para sustentação de cargas que possam ocasionar recalques indesejáveis, deverá ser feito em camadas de no máximo 20 cm, sofrendo compactação forte até que não mais ocorra redução no volume de terra. Poderão ser utilizados “maços” ou adensadores mecânicos, de acordo com a disponibilidade. Solos arenosos poderão ser “encharcados”, para auxiliar o adensamento, conforme orientação específica do engenheiro responsável.

5. ESTRUTURA

5.1 ESTRUTURA CONCRETO ARMADO

O concreto armado resulta da introdução do ferro na massa do concreto, de modo a conseguir que cada um destes materiais desempenhe as funções que o cálculo lhe atribui. A mistura é feita a seco, juntando-se depois água em quantidade suficiente (a relação ou o fator água cimento é de capital importância na resistência dos concretos).

O emprego do concreto deve ter lugar seguidamente à sua preparação, sem interrupção.

A colocação do concreto é feita em camadas horizontais, uma após outra, com a presteza necessária, para que se ligue intimamente, sendo fortemente comprimido ou vibrado, enquanto estiver fresco.

A imersão do concreto deve ser feita com o máximo cuidado, para evitar a diluição ou deslavamento.

Não se deve empregar qualquer camada antes de ser varrida e extraída a borra depositada sobre a camada anterior. Cada camada é sempre assentada em condições de fazer liga com a anterior e, se esta estiver solidificada, deve ser primeiramente picada, varrida e umedecida antes de receber a nova camada de concreto.

Qualquer construção sobre o concreto, só deve começar depois de verificada sua solidificação.

Os diversos aglomerados devem ser cuidadosamente medidos ou pesados e perfeitamente misturados, na dosagem indicada, de modo a oferecer massa plástica e homogênea, de cor uniforme, que se adaptem as fôrmas, sem ocasionar a separação entre os elementos.

Quando a mistura for feita à mão, deve ser sobre o estrado de madeira ou equivalente, de modo a evitar a agregação de qualquer material estranho.

Quando forem usadas betoneiras ou misturadores mecânicos, a massa só é considerada em boas condições após certo número de revoluções, até que a consistência seja adequada.

A colocação nas fôrmas é feita com cuidados necessários, para não deformar, deslocar a armadura ou danificar as fôrmas.

No caso de suspensão do serviço, que só se faz nas partes menos fatigadas da construção, são deixadas, antes da pega, amarrações convenientes, com superfícies rugosas para a continuação do trabalho, aplicando-se produtos a base de epóxi para perfeita junção entre o concreto antigo e o novo.

Quando for transportado por gravidade, é indispensável, que seja novamente misturado à mão, antes de ser aplicado.

Cuidados necessários devem ser tomados, para que a massa se mantenha úmida, no mínimo, durante os sete primeiros dias.

5.1.1 Ferro das armaduras:

O ferro para armadura, antes de ser empregado deve ser limpo retirando-se as crostas de barro, manchas de óleo, graxas, etc.

As armaduras devem ocupar exatamente a posição que o cálculo determinar, sendo para tal, fortemente amarrado com arame.

Não se dobram bruscamente, sendo recusados os vergalhões que apresentarem ângulos vivos.

Não é permitida emenda de vergalhões nas secções de tensão ou tração máxima.

A camada de concreto, sobre as armaduras não deve ser inferior a 3 (três) centímetros de espessura para as peças em contato com solo e a 2 (dois) centímetros para as peças revestidas e abrigadas.

Os ferros utilizados nas armaduras serão CA-50 ou CA-60 conforme projeto estrutural.

5.1.2 Fôrmas e escoramentos:

As fôrmas deverão ser executadas de modo que as suas dimensões internas sejam exatamente iguais as das estruturas de concreto armado que nelas se vão fundir.

Deverão ser estanques, para que não permitam perda de material.

As diversas fôrmas e escoramentos deverão ser construídos de modo a oferecer a necessária resistência à carga do concreto armado e as sobrecargas eventuais, durante o período da construção.

5.1.3 Retirada das fôrmas e escoramentos:

A retirada das fôrmas e escoramentos, deve ser executada sem choques, pôr meio de esforços puramente estáticos e somente depois que o concreto tenha adquirido resistência para suportar, sem inconvenientes, os esforços aos quais é submetido.

- Fixam-se os seguintes períodos para retirada das fôrmas e escoramentos:
- 3 dias completos, para as tábuas laterais das colunas, pilares e vigas;
- 8 dias completos para as lajes;
- 28 dias completos, para as escoras das vigas e lajes de grandes vãos.
- Uma vez retirada dos seus lugares, as escoras não devem ser repostas.
- Não é permitida a colocação de cargas sobre as peças recentemente concretadas.
- O escoramento não deve transmitir as cargas diretamente ao terreno e sim por intermédio de um pranchão ou tábuas de boas condições e devem ser mantidas em posições convenientes.
- As fôrmas, para as peças de grandes vãos devem ter contra-flexa tal que, depois de sua retirada, tomem as peças, a posição projetada.

5.1.4 Especificações da fundação:

Blocos estaqueados com viga baldrame:

- Moldado in-loco
- Material: Concreto armado
- Comprimento útil da estaca: 0,80 m
- Dimensões da seção transversal da estaca: Ø 300 mm
- Cobrimento dos blocos: 3 centímetros
- Cobrimento das estacas: 3centímetros
- Cobrimento das vigas: 3 centímetros

As estacas serão moldadas in-loco e as dimensões das peças estão dispostas nos projetos estruturais.

O fundo da cava deve estar perfeitamente nivelado e ser inicialmente apiloado e compactado e após deverá receber uma camada de brita ou concreto magro de 5 cm, para após receber as fundações da obra.

5.2 ESTRUTURA METÁLICA COBERTURA

As obras deverão ser executadas por profissionais devidamente habilitados, abrangendo todos os serviços, desde as instalações iniciais até a limpeza e entrega da obra, com todas as instalações em perfeito e completo funcionamento.

- Respeitar os projetos, especificações e determinações da Fiscalização, não sendo admitidas quaisquer alterações ou modificações do que estiver determinado pelas especificações e projetos;
- Retirar imediatamente da obra qualquer material que for rejeitado, desfazer ou corrigir as obras e serviços rejeitados pela Fiscalização, dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com as despesas de material e mão-de-obra envolvidas;
- Acatar prontamente as exigências e observações da Fiscalização, baseadas nas especificações e regras técnicas;
- O que também estiver mencionado como de sua competência e responsabilidade e adiante neste Caderno, Edital e Contrato;
- Execução de placas indicativas de responsabilidade técnica (projeto, fiscalização e execução). Os modelos da placa serão fornecidos pela fiscalização após a contratação, a serem disponibilizadas junto ao alinhamento do terreno, antes do início dos serviços;

5.2.1 MATERIAIS

Todos os materiais seguirão rigorosamente o que for especificado no presente Memorial Descritivo. A não ser quando especificados em contrário, os materiais a empregar serão todos de primeira qualidade e obedecerão às condições da ABNT. Na ocorrência de comprovada impossibilidade de adquirir o material especificado, deverá ser solicitada substituição por escrito, com a aprovação dos autores/fiscalização do projeto de reforma/construção.

A expressão "de primeira qualidade", quando citada, tem nas presentes especificações, o sentido que lhe é usualmente dado no comércio; indica, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto, a gradação de qualidade superior.

É vedado à empresa executora manter no canteiro das obras quaisquer materiais que não satisfaçam às condições destas especificações.

Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material especificado por outro, este pedido de substituição deverá ser instruído com as razões determinantes para tal, orçamento comparativo e laudo de exame.

Quanto às marcas dos materiais citados, quando não puderem ser as mesmas descritas, deverão ser substituídas por similares da mesma qualidade e deverão ser aprovadas pela fiscalização através de amostras.

As dimensões devem seguir o indicado no projeto. Neste sentido, destaca-se que a representação não identifica todos os nós, individualmente, devido à dificuldade de representação de forma clara. Entretanto, o memorial de cálculo comprova o atendimento da estrutura às demandas.

5.2.2 Ligações entre as peças

As ligações devem ser realizadas por solda elétrica utilizando eletrodo e7018, a solda deve ser homogênea e sem irregularidades. Não deve ser aceita soldas com pontos não preenchidos, a linha de solda deve percorrer sempre a totalidade da emenda, por ambos os lados.

5.2.3 Acabamentos

Todas as peças metálicas devem sofrer acabamento de zarcão ou fundo similar em até duas demãos. Peças oxidadas não devem ser aceitas na obra. Após a instalação se recomenda pelo menos três demãos de pintura seja ela epóxi ou esmalte, na cor definida pelo projeto arquitetônico.

6. VEDAÇÃO

6.1 ALVENARIA

Divisórias de alvenaria, fixados nas estruturas de aço recebendo emboço, chapisco, reboco, emassamento e pintura.

7. ESQUADRIAS

As dimensões das esquadrias estão especificadas em planta, no projeto arquitetônico. Todas as esquadrias que tiverem partes vidradas serão testadas em relação à estanqueidade às águas da chuva, através de jatos com mangueira, após a colocação definitiva dos vidros. Sendo reprovadas, deverá ser providenciado um sistema eficaz de vedação, por parte do construtor. A colocação e montagem das esquadrias deverão ser feitas respeitando-se prumo, nível e esquadro das peças em relação aos respectivos vãos. Os rebaixos, encaixes e demais detalhes necessários à colocação de ferragens ou dobradiças não poderão resultar em trincas, rebarbas ou necessidades de preenchimento de vazios ora resultantes.

7.1 ESQUADRIAS AÇO E ALUMÍNIO

Correspondem as portas internas e externas: As esquadrias não poderão apresentar empenamentos, descolamentos, rachaduras ou outros defeitos quaisquer que prejudiquem a estética ou desempenho em uso. As folhas das portas deverão ter os montantes em seus perímetros com largura mínima de 10cm, os enchimentos deverão ter espaçamento máximo de 3cm. Os arremates das guarnições com os marcos, rodapés e/ou revestimentos de paredes adjacentes deverão ser cuidadosamente acabados, sendo objeto de avaliação, pela fiscalização. As fechaduras serão de boa qualidade da com acabamento acetinado para banheiros e portas internas. Após a execução, as esquadrias serão cuidadosamente limpas, removendo-se manchas e quaisquer resíduos de tintas, argamassas e gorduras.

8. INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS

8.1 REDE DE ÁGUA FRIA

8.1.1 DESCRIÇÃO

Instalações prediais de água fria: conjunto de tubulações, equipamentos, reservatórios e dispositivos executados a partir do ramal de entrada predial, destinado ao abastecimento dos pontos de utilização de água do prédio, em quantidade suficiente, mantendo a qualidade da água fornecida pelo sistema de abastecimento.

8.1.2 RECOMENDAÇÕES GERAIS

No momento da chegada dos produtos na obra, deve-se efetuar controle de qualidade no recebimento, aferindo os lotes em relação às especificações aos protótipos comerciais.

Todas as extremidades das tubulações devem ser protegidas e vedadas durante a construção, até a instalação definitiva dos aparelhos.

As tubulações não devem ser embutidas em lajes ou lastros de pisos; nos casos necessários, devem ser previstas canaletas para estas passagens.

As instalações e respectivos testes das tubulações devem ser executados de acordo com as normas da ABNT e das Concessionárias locais.

As deflexões, os ângulos e as derivações necessárias às tubulações devem ser feitos por meio de conexões apropriadas.

Somente poderá ser permitida a instalação de tubulações que atravessem elementos estruturais quando prevista e detalhada nos projetos executivos de estrutura e hidráulica, observando-se as normas específicas.

O alinhamento deve ser corretamente observado para evitar excessos de esforços laterais, diminuindo a possibilidade de infiltração e vazamentos pelas juntas.

Para tubulações subterrâneas, a altura mínima de recobrimento (da geratriz superior do tubo à superfície do piso acabado) deve ser de 50cm; a tubulação deve ser apoiada em toda a sua extensão em fundo de vala regular; nos casos necessários, deve ser apoiada sobre lastro de concreto.

As tubulações de água fria devem ser assentadas acima de outras redes, nos casos de sobreposição.

As torneiras para lavatórios e pias serão metálica, cromada, da marca Docol ou similar.

Após a sua instalação, devem ser verificadas a ausência de defeitos e vazamentos, a boa fixação das peças (locação, prumo, alinhamento e nivelamento) e a limpeza do serviço executado.

8.1.3 REGISTRO DE GAVETA BRUTO

Registro de gaveta bruto, em latão ou bronze, sem canopla; diâmetro nominal conforme indicado no projeto;

- Volante com pintura esmalte na cor amarela.
- Fita veda-rosca de politetrafluoretileno.
- Adaptadores com rosca para tubulações em PVC soldável.

8.1.4 TUBOS E CONEXÕES DE PVC RÍGIDO

Tubos de PVC rígido (marrom), juntas soldáveis, para instalações prediais de água fria, conforme NBR-5648; diâmetros nominais: DN 20(1/2"), DN 25(3/4"), DN 32(1"), DN 40 (1 1/4"), DN 50(1 1/2"),

DN 60(2"), DN 75(2 1/2"), DN 85(3") e DN 110(4"). Da marca Tigre ou similar. Nos tubos devem estar gravadas as seguintes informações:

- Marca do fabricante;
- Norma de fabricação dos tubos;
- Número que identifica o diâmetro do tubo.

Conexões de PVC rígido, junta soldável, seguindo especificações acima.

Conexões de PVC rígido, com bucha e reforço de latão, juntas soldáveis e rosqueáveis para ligação com tubos metálicos, registros e torneiras. Adesivo plástico e solução limpadora para juntas soldáveis.

8.1.5 EXECUÇÃO

Na armazenagem guardar os tubos sempre na posição horizontal, e as conexões em sacos ou caixas em locais sombreados, livres da ação direta ou exposição contínua ao sol, livres do contato direto com o solo, produtos químicos ou próximos de esgotos.

Os tubos devem ser soldados com adesivo plástico apropriado, após lixamento com lixa d'água e limpeza com solução desengordurante das superfícies a serem soldadas.

Limpar a ponta e a bolsa dos tubos com solução limpadora. O adesivo deve ser aplicado na bolsa (camada fina) e na ponta do tubo (camada mais espessa); Após a junção das peças, deve-se remover o excesso de adesivos, pois estes atacam o PVC; os tubos não devem ser movimentados antes de pelo menos 5 minutos. Após a soldagem, aguardar 24 horas antes de submeter a tubulação às pressões de serviço ou ensaios. Para desvios ou pequenos ajustes, empregar as conexões adequadas, não se aceitando flexões nos tubos.

Não devem ser utilizadas bolsas feitas com o próprio tubo recortado, sendo necessário o uso de luvas adequadas. Os tubos embutidos em alvenaria devem receber capeamento com argamassa de cimento e areia, traço 1:3. Nas instalações de chuveiro ou aquecedor de passagem individual elétricos com tubulação em PVC, prever conexão com bucha e reforço de latão e aterramentos, pois o PVC é isolante.

Testar a instalação com ensaio de obstrução e estancamento; nos casos de tubulações embutidas, os testes devem ser feitos antes da aplicação do revestimento. A instalação deve ser testada com ensaio de estanqueidade e obstrução. Teste de estanqueidade e obstrução: Os ensaios devem obedecer à NBR 5626; Nos casos de tubulações embutidas os testes devem ser realizados antes da aplicação de revestimento; Onde não houver a possibilidade de instalar a peça sanitária final (louça ou metal), vedar todas as extremidades abertas, ou seja, os pontos de utilização (saída de água) com "plug" e fita veda rosca; Realizar o ensaio da linha em trechos que não excedam 500m em seu comprimento; Aplicar à tubulação uma pressão 50% superior à pressão hidrostática máxima da instalação (esta pressão não deve ser menor que 1kgf/m² em nenhum ponto); Sempre que possível, o teste deve ser feito com o acoplamento de um pressurizador ao sistema, porém a critério da Fiscalização, pode ser aceito ensaio com a pressão d'água disponível, sem o uso de bombas; A duração mínima da prova deve ser 6 horas; Os pontos de

vazamentos ou exsudações (transpirações) devem ser sanados, corrigidos e novamente testados até a completa estanqueidade; Após o ensaio de estanqueidade, deve ser verificado se a água flui livremente nos pontos de utilização (não havendo nenhuma obstrução).

8.1.6 RECEBIMENTO

O serviço pode ser recebido se atendidas todas as condições de projeto, fornecimento dos materiais e execução.

Observar os critérios para recebimento da NBR 5626.

Não aceitar peças com defeitos visíveis na superfície, como trincas, empenamentos, amassados, ondulações, etc.

A Fiscalização deve acompanhar a execução dos ensaios exigidos.

8.2 REDE DE ESGOTO SANITÁRIO

8.2.1 DESCRIÇÃO

Instalações prediais de esgotos sanitários: conjunto de tubulações, equipamentos e dispositivos, destinado ao rápido escoamento dos despejos à rede pública e ao seu tratamento quando lançado em outro local.

8.2.2 RECOMENDAÇÕES GERAIS

No momento da chegada dos produtos na obra, deve-se efetuar controle de qualidade no recebimento, aferindo os lotes em relação às especificações. Todas as extremidades das tubulações devem ser protegidas e vedadas durante a construção, até a instalação definitiva dos equipamentos e dispositivos.

As instalações e respectivos testes das tubulações devem ser executados de acordo com as normas da ABNT e das Concessionárias de serviços locais, de modo a:

- Permitir fáceis desobstruções;
- Vedar a passagem de gases e animais das canalizações para o interior dos edifícios;
- Impedir vazamentos, escapamento de gases ou formação de depósitos no interior das canalizações;
- Impedir a contaminação da água de consumo e de gêneros alimentícios.

Não se deve lançar águas pluviais nos ramais de esgoto. O coletor de esgoto deve seguir em linha reta, e para os eventuais desvios devem ser empregadas saídas de inspeção.

Todos os pés de coluna de esgoto e os desvios a 90° em lajes devem ser providos de dispositivos de inspeção.

Para tubulações subterrâneas, a altura mínima de recobrimento (da geratriz superior do tubo à superfície do piso acabado) deve ser de 50cm; a tubulação deve ser apoiada em toda a sua extensão em fundo de vala regular e nivelada de acordo com a declividade indicada; nos casos necessários, deve ser apoiada sobre lastro de concreto.

As declividades mínimas dos ramais de esgoto, subcoletores e coletores prediais devem ser:

- 2% para DN 50(2") a DN 100(4");
- 1,2% para DN 125(5");
- 0,7% para DN 150(6").

Somente pode ser permitida a instalação de tubulações que atravessem elementos estruturais, quando prevista e detalhada nos projetos executivos de estrutura e hidráulica, observando-se as normas específicas.

Os sanitários com bacias sanitárias incluídas devem ter ventiladores auxiliares, paralelos, com prolongamento de no mínimo 0,30m acima da cobertura (conforme NBR 8160).

9. CAIXA DE ALVENARIA

9.1 DESCRIÇÃO

Lastro de pedra britada nº2, quando utilizadas para rede elétrica.

Lastro de concreto.

Alvenaria de tijolos maciço ou bloco de concreto.

Argamassa de revestimento da alvenaria e regularização do fundo, com hidrófugo.

Tampa de concreto armado, com puxador em barra redonda trefilada $\varnothing=5/16"$ e reforço em chapa 16, galvanizadas ou tampa de ferro fundido conforme detalhe.

9.2 APLICAÇÃO

Em áreas externas, com ou sem pavimentação, enterradas no solo. Como caixa de ligação ou inspeção em rede coletora de esgoto. Como caixa de passagem em rede de instalações elétricas. Como caixa de areia para passagem e inspeção de águas pluviais.

9.3 EXECUÇÃO

Obedecer às características dimensionais e demais recomendações existentes no projeto, para cada caso.

Escavação manual em terra de qualquer natureza e apiloamento do fundo.

Quando executada em terreno natural, observar o ressalto de 5cm em relação ao terreno; quando executada em piso pavimentado, deve estar alinhada ao mesmo e receber o mesmo tipo de acabamento na tampa. Um eventual desnível nunca poderá ser maior que 1,5cm. Os vãos entre as paredes da caixa e a tampa não poderão ser superiores a 1,5cm (NBR 9050).

Fundo em lastro de concreto simples: traço 1:4:8 (cimento, areia e brita).

Assentamento da alvenaria: argamassa traço 1:0,5:4,5 (cimento, cal e areia).

Argamassa de revestimento da alvenaria e regularização do fundo: argamassa traço 1:3:0,05 (cimento, areia peneirada - granulometria até 3mm - e hidrófugo).

Quando utilizadas para esgoto, as caixas devem ter:

- Canaleta direcional, que deve ser executada utilizando-se um tubo de PVC como molde e as laterais do fundo devem ter uma inclinação mínima de 5%, em caso de necessidade de outras entradas nas paredes laterais da caixa.

Quando utilizadas para rede de rede de águas pluviais, as caixas devem ter:

- Tubulações de entrada e saída distante do fundo no mínimo 10cm. Antes de entrar em funcionamento, executar um ensaio de estanqueidade, saturando por no mínimo 24hs após o preenchimento com água até a altura do tubo de entrada. Decorridas 12hs, a variação não deve ser superior a 3% da altura útil (h).

9.4 RECEBIMENTO

Verificar dimensões conforme projeto, alinhamento, esquadro e arestas da alvenaria e tampa de inspeção (não é permitido o empenamento da tampa de inspeção).

Verificar a estanqueidade do conjunto (acompanhar ensaio), quando utilizada para esgoto e águas pluviais.

Verificar os vãos da tampa (máx. 1,5cm) e o perfeito nivelamento com o piso, quando instalada em piso pavimentado.

Verificar o rejunte das tampas às caixas para evitar entrada ou saída de detritos ou mau cheiro.

10. TUBOS E CONEXÕES DE PVC RÍGIDO

10.1 DESCRIÇÃO

Rede de esgotos sanitários: tubo de PVC rígido para instalação de esgoto, especificação conforme NBR-8160, com junta elástica para os diâmetros nominais: DN 50 (2"), DN 75 (3"), DN 100 (4") e DN 150 (6"). Para o diâmetro nominal DN 40 (1 1/4") que só existe tubo para junta soldável.

Conexões de PVC rígido, junta elástica/soldável, seguindo especificação acima.

Complementos sanitários em PVC rígido: ralos e caixas sifonadas com grelhas PVC cromado.

Anéis de borracha e pasta lubrificante para juntas elásticas.

Adesivo plástico e solução limpadora para juntas soldáveis.

10.2 EXECUÇÃO

Na armazenagem guardar os tubos sempre na posição horizontal, e as conexões em sacos ou caixas em locais sombreados, livres da ação direta ou exposição contínua ao sol.

Para o acoplamento de tubos e conexões com junta tipo ponta e bolsa com anel de borracha, observar:

- Limpeza da bolsa e ponta do tubo previamente chanfrada com lima, especialmente da virola onde se alojará o anel;
- Marcação no tubo da profundidade da bolsa;
- Aplicação da pasta lubrificante especial; não devem ser usados óleos ou graxas, que podem atacar o anel de borracha;
- Após a introdução da ponta chanfrada do tubo até o fundo da bolsa, este deve ser recuado 10mm (em tubulações expostas) ou 5mm (em tubulações embutidas), usando-se como referência a marcação previamente feita, criando-se uma folga para a dilatação e a movimentação da junta;
- Nas conexões, as pontas devem ser introduzidas até o fundo da bolsa e, em instalações externas, fixadas com braçadeiras para evitar o deslizamento.

Para desvios ou pequenos ajustes, empregar as conexões adequadas, não se aceitando flexões nos tubos.

A tubulação pode ser chumbada em alguns pontos, mas nunca nas juntas. Devem ser previstos pontos de inspeção nos pés da coluna (tubos de queda).

A instalação deve ser testada com ensaios de estanqueidade e verificação do sifonamento (teste de fumaça).

10.3 TESTE DE ESTANQUEIDADE

Testar toda a tubulação após a instalação, antes do revestimento final. Vedar as extremidades abertas com tampões ou bujões; a vedação dos ralos pode ser feita com alvenaria de tijolos ou tampão de madeira ou borracha, que garanta a estanqueidade.

A tubulação deve ser cheia de água, por qualquer ponto, abrindo-se as extremidades para retirar o ar e fechando-as novamente, até atingir a altura de água prevista.

A duração mínima deve ser de 15 minutos à pressão de 3m de coluna de água.

A altura da coluna de água não deve variar; os trechos que apresentarem vazamentos ou exsudações devem ser refeitos.

Teste de fumaça (verificação da sifonagem).

Testar com máquina de produção de fumaça toda a tubulação de esgoto, com todas as peças e aparelhos já instalados.

Todos os fechos hídricos dos sifões e caixas sifonadas devem ser cheios de água; deixar abertas as extremidades dos tubos ventiladores e o da introdução de fumaça, tampando-se os ventiladores conforme for saindo a fumaça.

A duração mínima deve ser de 15 minutos, devendo-se manter uma pressão de 25mm de coluna de água.

Nenhum ponto deve apresentar escape de fumaça, sendo que a sua ocorrência significa ausência indevida de conector (caixa sifonada ou sifão), o que deverá ser corrigido.

10.4 RECEBIMENTO

Aferir a conformidade com os protótipos homologados.

O serviço pode ser recebido se atendidas todas as condições de projeto, fornecimento dos materiais e execução.

Devem ser observadas as normas ABNT específicas para recebimento.

Não aceitar peças com defeitos visíveis tais como: trincas, bolhas, ondulações, etc.

A Fiscalização deve acompanhar a execução dos ensaios exigidos.

11. APARELHOS LOUÇAS E METAIS

11.1 DESCRIÇÃO

Conjunto de equipamentos (vasos sanitários) serão com válvula de descarga cromado; as cubas de lavatórios serão com suporte coluna conforme necessidade e especificado em projeto; os acessórios (metais) a serem instalados em vestiários e instalações sanitárias, deverão ser instalados conforme especificações de projeto.

11.1.2 RECOMENDAÇÕES GERAIS

O atendimento a estas recomendações pressupõe a instalação, a conservação e o uso adequado dos equipamentos economizadores de água, de forma que sua eficácia seja mantida ao longo do tempo. Para tanto, é necessário observar os procedimentos indicados pelo fabricante para a instalação, a fim de evitar desperdícios causados por falta de regulagem nos temporizadores (quando instalados), vazamentos ou má colocação, sendo importante consultar a assistência técnica do fabricante.

Os equipamentos e serviços devem estar de acordo com as normas técnicas da ABNT, conforme referências constantes nos itens.

No momento da chegada dos produtos na obra, deve-se efetuar controle de qualidade no recebimento, aferindo os lotes em relação às especificações e aos protótipos comerciais.

Os equipamentos devem ser instalados de modo a:

- Evitar entupimentos e permitir fácil desobstrução, quando necessário;
- Não permitir infiltrações na estrutura e na alvenaria;

Após sua instalação, devem ser verificados o perfeito funcionamento dos equipamentos, a ausência de vazamentos, a boa fixação das peças (locação, prumo, alinhamento, nivelamento) e a limpeza do serviço executado.

11.2 ACESSÓRIOS DE LOUÇA

11.1.2 DESCRIÇÃO

Acessórios de cerâmica esmaltada, na cor branca, para serem chumbados na parede. As peças não devem apresentar trinca, rachaduras, ondulação, bolhas, acabamento opaco (esmaltado mal acabado) e corpo exposto (porção não esmaltada), em todas as partes visíveis. Os acessórios são os seguintes:

- As torneiras para lavatórios e pias serão metálica, cromada, tipo acionamento com cotovelo da marca Docol ou similar.

11.2.2 EXECUÇÃO

Locar as peças de acordo com o projeto executivo de arquitetura e fichas do catálogo de componentes onde apareçam. A locação deve atender às condições de acessibilidade da norma NBR 9050.

Chumbar as peças com argamassa mista de cimento, cal e areia, traço 1:2:7. A pasta de rejuntamento deve ser a mesma utilizada para rejuntar os azulejos.

11.3.2 RECEBIMENTO

Aferir a conformidade com os protótipos homologados.

As peças podem ser recebidas, desde que não apresentem trinca, rachaduras, ondulação, bolhas, acabamento opaco (esmaltado mal acabado) e corpo exposto (porção não esmaltada), em todas as partes visíveis da peça.

11.4.2 LAVATÓRIO INDIVIDUAL COM COLUNA

11.5.2 DESCRIÇÃO

Lavatório individual, com coluna, em cerâmica esmaltada na cor branca; na marca Deca ou similar, furo apontado para instalação das torneiras que serão em; em conformidade com as normas da ABNT e atendendo as seguintes características:

- Ausência de defeitos visíveis como: gretamento (NBR 9059), empenamento da superfície de fixação, trinca, rachadura, ondulação, bolhas, acabamento opaco (esmaltado mal acabado) e corpo exposto (porção não esmaltada), em todas as partes da peça (NBR 6452);
- Dimensões horizontais aproximadas de 35x45cm (NBR 10353).

Parafusos e arruelas cromados, com bucha de nylon.

Válvula de latão cromado, com ladrão - $\varnothing = 1"$

Sifão tipo copo de latão cromado - $\varnothing = 1" \times 1 \frac{1}{2}"$.

Tubo flexível, canopla e niple cromado - $\varnothing = 1/2"$

11.6.2 EXECUÇÃO

Localizar a peça de acordo com os projetos executivos de arquitetura e hidráulica e atendendo às orientações da NBR 9050.

A tubulação de saída deve ser ligada a ralo sifonado.

Altura média de instalação do lavatório: ver especificação do fabricante conforme modelo.

O lavatório deve ser rejuntado à parede com argamassa de cimento branco e gesso.

11.7.2 RECEBIMENTO

Aferir a conformidade com os protótipos homologados.

Verificar no lavatório a ausência de defeitos visíveis nas superfícies como: empenamento da superfície de fixação e do plano de transbordamento, gretamento, trinca, rachadura, ondulação, bolhas, acabamento opaco (esmaltado mal acabado) e corpo exposto (porção não esmaltada), em todas as partes visíveis da peça.

Na instalação do lavatório, verificar a locação, o prumo, o alinhamento, o nivelamento, a fixação e a ausência de vazamentos. Verificar a correta posição da torneira e se está bem fixa.

12. REDE DE ÁGUA PLUVIAL

Será feito a captação da água pluvial por meio conforme projeto hidrossanitário.

13. REVESTIMENTOS

Antes do início dos trabalhos de revestimento, deverão ser tomadas as providências para que todas as superfícies a revestir estejam firmes, retilíneas, niveladas e apuradas. Serão constatadas com

exatidão as posições, tanto em elevação quanto em profundidade, dos condutores de instalações elétricas, hidráulicas e outros inseridos na parede. Qualquer correção neste sentido será realizada antes da aplicação do revestimento.

Os revestimentos apresentarão paramentos perfeitamente desempenados, aprumados, alinhados e nivelados, as arestas vivas e as superfícies planas. As superfícies das paredes serão limpas com vassouras e abundantemente molhadas, antes do início dos revestimentos. As paredes internas dos compartimentos têm seu revestimento indicado na descrição das dependências no projeto Arquitetônico. As paredes externas serão revestidas com argamassa de cimento e areia.

13.1 CHAPISCO

Toda a alvenaria a ser revestida será chapiscada depois de convenientemente limpa. Os chapiscos serão executados com argamassa de cimento e areia grossa no traço volumétrico 1:3 e cola do tipo Rodopas, Bianco ou similar e deverão ter espessura máxima de 5mm. Serão chapiscadas, também, todas as superfícies lisas de concreto como teto, montantes, vergas e outros elementos da estrutura que ficarão em contato com o reboco ou emboço.

13.1.1 EXECUÇÃO

Testar a estanqueidade de todas as tubulações de água e esgoto antes de iniciar o chapisco.

A superfície deve receber aspersão com água para remoção de poeira e umedecimento da base.

Os materiais da mescla devem ser dosados a seco.

Deve-se executar quantidade de mescla conforme as etapas de aplicação, a fim de evitar o início de seu endurecimento antes de seu emprego.

A argamassa deve ser empregada no máximo em 2,5 horas a partir do contato da mistura com a água e desde que não apresente qualquer vestígio de endurecimento.

O chapisco comum é lançado diretamente sobre a superfície com a colher de pedreiro.

A camada aplicada deve ser uniforme e com espessura de 0,5cm e apresentar um acabamento áspero.

O excedente da argamassa que não aderir à superfície não pode ser reutilizado, sendo expressamente vedado reamassá-la.

13.2 EMBOÇO

Camada de regularização de parede, com espessura entre 10 e 20mm, constituído por argamassa mista de cimento, cal e areia média (traço 1:2:8 em volume). A cal poderá ser substituída por um plastificante tipo Vedalit ou similar.

Será aplicada em alvenarias de tijolos em superfícies lisas de concreto que já tenham recebido o chapisco. O emboço deve ser aplicado no mínimo 24 horas após a aplicação do chapisco.

13.2.1 EXECUÇÃO

Dosar os materiais da mescla a seco.

A superfície deve receber aspersão com água para remoção de poeira e umedecimento da base. Utilizar a argamassa no máximo em 2,5 horas a partir da adição do cimento e desde que não apresente qualquer sinal de endurecimento.

Aplicar a argamassa em camada uniforme de espessura nivelada, fortemente comprimida sobre a superfície a ser revestida, atingindo a espessura máxima de 2cm.

O reboco poderá ser desempenado e se constituir na última camada antes do revestimento final quando este for do tipo cerâmico.

No emboço simples, a superfície deve ficar rústica, facilitando a aderência do reboco.

O emboço deve ser umedecido, principalmente nos revestimentos externos, por um período de aproximadamente 48 horas após sua aplicação.

Assentar com a argamassa, pequenos tacos de madeira (taliscas), deixando sua face aparente a uma distância aproximada de 15mm da base.

As duas primeiras taliscas devem ser assentadas próximas do canto superior nas extremidades da alvenaria e depois com auxílio do fio prumo, assentar duas taliscas próximo ao piso e depois assentar taliscas intermediárias de modo que a distância entre elas fique entre 1,50 e 2,50m.

Aplicar argamassa numa largura de aproximadamente 25cm entre as taliscas, comprimindo-a com uma régua apoiada em duas taliscas constituindo as guias mestras ou prumadas-guias.

13.2.2 RECEBIMENTO

Atendidas as condições de fornecimento e execução, o emboço pode ser recebido se não houver desvios de prumo superiores a 2mm/m.

Colocada a régua de 2,5 metros, não pode haver afastamentos maiores que 2mm para pontos intermediários e 3mm para as pontas.

13.3 REBOCO

Camada de revestimento de acabamento com espessura máxima de 25mm feita com argamassa de cimento, cal e areia (traço 1:2:8 em volume) para superfícies externas/internas. A cal poderá ser substituída por um plastificante do tipo Vedalit ou similar.

13.3.1 EXECUÇÃO

O reboco de cada pano de parede somente será iniciado depois de embutidas todas as canalizações projetadas, concluídas as coberturas e após a completa pega das argamassas de alvenaria e chapisco.

De início, serão executadas as guias, faixas verticais de argamassa, afastadas de 1 a 2 metros, que servirão de referência. As guias internas serão constituídas por sarrafos de dimensões apropriadas, fixados nas extremidades superior e inferior da parede por meio de botões de argamassa, com auxílio de fio de prumo.

Preenchidas as faixas de alto e baixo entre as referências, dever-se-á proceder ao desempenamento com régua, segundo a vertical. Depois de secas as faixas de argamassa, serão retirados os sarrafos e embocados os espaços.

A argamassa a ser utilizada será de cimento e areia no traço volumétrico 1:3 ou de cimento, cal e areia no traço 1:2:8. Depois de sarrafeados, os emboços deverão apresentar-se regularizados e ásperos, para facilitar a aderência do reboco. A espessura dos emboços será de 20 a 25mm.

13.4 REVESTIMENTO CERÂMICO

Os revestimento cerâmicos dos pontos hidráulicos deverão seguir ao padrão existente, os materiais serão de procedência conhecida e idônea e deverão obedecer às especificações de projeto. As cerâmicas serão cuidadosamente classificadas no canteiro de serviço quanto à sua qualidade, calibragem e desempenho, rejeitando-se todas as peças que apresentarem defeitos de superfície, discrepâncias de bitolas ou empeno. As peças serão armazenadas em local seco e protegido, em suas embalagens originais de fábrica.

Serão testadas e verificadas as tubulações das instalações hidráulicas e elétricas quanto às suas posições e funcionamento. Quando cortados para passagem de canos, torneiras e outros elementos das instalações, os materiais cerâmicos não deverão conter rachaduras, de modo a se apresentarem lisos e sem irregularidades.

Cortes de material cerâmico, para constituir aberturas de passagem dos terminais hidráulicos ou elétricos, terão dimensões que não ultrapassem os limites de recobrimento proporcionado pelos acessórios de colocação dos respectivos aparelhos.

Quanto ao seccionamento das cerâmicas, será indispensável o esmerilhamento da linha de cortes, de modo a se obter peças corretamente recortadas, com arestas vivas e perfeitas, sem irregularidades perceptíveis.

Todas as etapas do processo executivo deverão ser inspecionadas pela Fiscalização, de modo que a superfície final se apresente bem homogênea, nivelada e acabada, as juntas alinhadas e as arestas regulares, de conformidade com as indicações de projeto. Serão verificados o assentamento das placas e os arremates.

13.5 PINTURA

Deverão ser utilizados na execução dos serviços de pintura, profissionais de comprovada competência. As superfícies a pintar serão cuidadosamente limpas e convenientemente preparadas para o tipo de pintura a que se destinam.

A eliminação da poeira deverá ser completa, tomando-se precauções especiais contra o levantamento de pó durante os trabalhos, até que as tintas sequem inteiramente.

As imperfeições em paredes ou estruturas deverão ser adequadamente corrigidas, de forma a não comprometerem o acabamento final das superfícies.

As pinturas deverão ser executadas atendendo rigorosamente as especificações e detalhes em projeto, além das recomendações dos fabricantes dos produtos utilizados.

Deverá ser assegurada uniformidade de cor, textura e demais características de acabamento das superfícies pintadas.

Toda a pintura deverá ser efetuada em duas demãos.

Cada demão de tinta somente poderá ser aplicada quando a precedente seja de tinta ou de massa, estiver perfeitamente seca, sendo conveniente aguardar um intervalo de vinte e quatro horas no mínimo entre demãos sucessivas, salvo indicação em contrário do fabricante da tinta.

Para demãos sucessivas de massa, o intervalo conveniente será de quarenta e oito horas. Os trabalhos de pintura em locais precariamente abrigados deverão ser interrompidos quando chover. Serão tomados cuidados especiais para evitar que a tinta salpique em superfície não destinadas à pintura, tais como: concreto aparente, vidros, ferragens, metais, madeira, etc. e quando não for possível evitar, a tinta será removida enquanto estiver úmida.

Todas as peças metálicas executadas em ferro, deverão receber pintura à base de material anti-corrosivo e pintura.

Quaisquer dúvidas decorrentes de interpretação de desenhos, especificações ou outras causas, deverão ser sanadas junto à fiscalização.

Antes da execução de qualquer pintura a construtora providenciará uma amostra com área mínima de 0,50m² sobre superfície semelhante à do local ou da peça que se destinar à pintura, para aprovação da fiscalização.

As indicações de cores e sua localização encontram-se no projeto arquitetônico, e serão conforme a cor existente nos locais e sob aprovação da fiscalização. .

Deverão ser utilizadas marcas conhecidas no mercado, de primeira linha (Suvinil, Coral ou similar).

14. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Os serviços de drenagem, torneiras de jardim, escoamento de águas, iluminação de áreas externas e outras instalações complementares estão contidas nos projetos específicos de instalações (hidráulica e elétrica).

Todos os vidros, revestimentos, louças sanitárias, pisos laváveis, cimentados, pedras, pavimentações, etc., deverão ser cuidadosamente lavados, assegurando-se de que não será danificada qualquer parte da obra em decorrência dessa lavagem. Onde necessário, a superfície será encerada e lusturada.

Todas as instalações do canteiro de obras deverão ser desmontadas e removidas, com o cuidado de não danificar qualquer parte da obra, inclusive jardins, gramados, calçadas, etc.

Todas as esquadrias deverão ser devidamente limpas e ajustadas, quando necessário. Não serão aceitas esquadrias que apresentem defeitos de funcionamento, peças danificadas, etc. Eventuais danos na pintura deverão ser sanados.

Será realizada a revisão geral do telhado, substituindo as possíveis telhas danificadas e desobstruindo todas as passagens de águas pluviais (calhas, ralos, drenos, condutores, etc.), assegurando-se o perfeito funcionamento do sistema, eliminando-se restos de materiais, lixos, etc.

A obra deverá apresentar-se rigorosamente limpa, isenta de respingos de pintura ou salpicos de argamassa, materiais de acabamento em perfeito estado e rigorosamente de acordo com o projeto.

Todas as instalações, equipamentos e aparelhos elétricos, assim como instalações de água, esgoto, deverão ser apresentados em perfeito funcionamento, o que deverá ser rigorosamente observado, obedecendo-se às normas da ABNT (NBR – 5651, NBR – 8160 e NBR – 5675), no recebimento da obra, antes de sua aceitação.

15. LIMPEZA FINAL DA OBRA

Terminados os trabalhos de construção, todas as edificações serão limpas pela construtora. Esta limpeza consistirá em lavagem geral e remoção de todas as manchas de tinta dos pisos impermeáveis, paredes, esquadrias, vidros, aparelhos sanitários e metais, usando-se em cada caso, a técnica e os materiais adequados.

As áreas externas pavimentadas bem como as suas adjacências serão limpas e todo o entulho deverá ser removido.

Para todos os efeitos, as diversas partes da obra somente serão consideradas concluídas e, portanto, recebidas, após haver sido efetuada a limpeza final de cada uma das partes.

15.1 REVESTIMENTO E PAVIMENTAÇÃO

Pisos cerâmicos: lavagem com solução de ácido clorídrico, na proporção de uma parte de ácido para 5 de água.

16.2 FERRAGENS E METAIS

Quando cromados ou niquelados, limpar com removedor adequado e flanela para dar polimento.

16.3 VIDROS

A colocação dos vidros deverá obedecer ao que segue: Respingos de tinta: utilizar removedor adequado e palha de aço fina (tipo BOMBRIL).

Lavagem com água e papel absorvente (podendo ser jornal).

A remoção dos excessos de massa deverá ser feita com lâmina ou espátula fina, evitando causar danos às esquadrias.

16.4 APARELHOS SANITÁRIOS

Lavagem com água e sabão, sem qualquer adição de ácidos.

16.5 PÁTIO E ACESSOS

Após a limpeza, deverá ser feita para fora da obra, a remoção de todo entulho.

17. INSPEÇÃO E TESTES

Após a conclusão de todos os trabalhos, a fiscalização fará uma inspeção final, constatando a fidelidade de construção aos seus desenhos executivos e às respectivas especificações, especialmente no que está disposto a seguir. A consolidação dos aterros, onde for especificada compactação será verificada.

A solidez da estrutura será verificada, especialmente quanto à existência de trincas, recalques, etc.

As portas e janelas deverão abrir e fechar livremente, com todas as ferragens em perfeito funcionamento.

As canalizações, de qualquer natureza, deverão ser rigorosamente inspecionadas e testadas contra vazamento e outros defeitos.

A instalação elétrica, após a sua ligação à rede externa, será inspecionada e todas as chaves e aparelhos serão testados.

Os caimentos dos pisos no sentido de escoamento das águas de lavagem e/ou águas pluviais serão verificados. Deverão ser comprovadas a impermeabilidade e vedação dos telhados.

A uniformidade e a qualidade das pinturas serão verificadas.

18. FALHAS E/OU DEFEITOS

A construtora deverá tomar providências imediatas para reparar, seja qual for a extensão ou o alcance dessas medidas, quaisquer falhas, defeitos ou omissões que contrariem as disposições das

Normas da ABNT e/ou outras adotadas, dos desenhos do projeto executivo e destas Especificações Técnicas.

Ouro Verde de Goiás, 21 de outubro de 2021.

Thiago Silva Oliveira
Arquiteto e Urbanista



Declaração

A Prefeitura Municipal de Ouro Verde de Goiás declara para os devidos e necessários fins que na elaboração do orçamento referente ao objeto **AMPLIAÇÃO E REFORMA** do Centro Administrativo do “CMEI Professora Benedita Gomes dos Santos “Bené”, foi adotado percentual de BDI de **25,00 %** (conforme planilha da composição analítica abaixo) e encargos **com desoneração** em conformidade com o estabelecido no SINAPI e GOINFRA. E **19,01 % BDI sem desoneração**.

Declaramos ainda que a alíquota de ISS no município é de 2,5%, a incidir sobre o valor total da obra, sendo que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 70%, com a respectiva alíquota de 3,57%.

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	2,80%
Seguro e Garantia	SG	0,80%
Risco	R	0,97%
Despesas Financeiras	DF	0,60%
Lucro	L	6,17%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	2,50%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	4,50%
BDI SEM desoneração	BDI PAD	19,01%
BDI COM desoneração	BDI DES	25,00%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G)*(1 + DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro, portanto, para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi **COM Desoneração**, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Ouro Verde de Goiás, 21 de outubro de 2021.

Thiago Silva Oliveira
Arquiteto e Urbanista – CAU A109143-3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO



Proponente / Tomador MUNICIPIO DE OURO VERDE DE GOIÁS		Município/UF: OURO VERDE DE GOIÁS	
Nº do CT	Empreendimento / Apelido: REFORMA E AMPLIAÇÃO CMEI		
	ENDEREÇO: RUA DAS FLORES: QUADRA 35, LOTE 01, CENTRO. OURO VERDE DE GOIÁS.	LOCALIDADE: CMEI	REGIME: DESONERADA
FONTE E DATA BASE: SINAPI 08/2020 / SINAPI 09/2020 / SINAPI 12/2020 /GOINFRA 11/2020		BDI 25,00%	VALOR TOTAL

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Meta	Discriminação	Valor R\$	Peso %	Parcela SIMPLES	1 ACUM	Parcela SIMPLES	2 ACUM	Parcela SIMPLES	3 ACUM
1	ADM. LOCAL	11.197,50	5,11%	3.732,50	3.732,50	3.732,50	7.465,00	3.732,50	11.197,50
2	SERVIÇOS INICIAIS	15.934,22	7,27%	15.934,22	15.934,22		15.934,22		15.934,22
3	FUNDAÇÃO	1.675,78	0,76%	1.675,78	1.675,78		1.675,78		1.675,78
4	COBERTURA	25.609,97	11,69%		-		-	25.609,97	25.609,97
5	ALVENARIA	14.481,74	6,61%		-	14.481,74	14.481,74		14.481,74
6	REVESTIMENTO	49.923,17	22,79%		-	24.961,59	24.961,59	24.961,59	49.923,17
7	ESTRUTURA	59.344,98	27,09%	29.672,49	29.672,49	29.672,49	59.344,98		59.344,98
8	ELÉTRICO	5.461,99	2,49%		-		-	5.461,99	5.461,99
9	HIDROSSANITÁRIO	14.156,35	6,46%	7.078,18	7.078,18	7.078,18	14.156,35		14.156,35
10	ESQUADRIAS	19.523,49	8,91%		-		-	19.523,49	19.523,49
11	SERVIÇOS FINAIS	1.755,16	0,80%		-		-	1.755,16	1.755,16
Total (%):				26,52%	26,52%	36,49%	63,00%	37,00%	100,00%
Total (R\$):		R\$ 219.064,35	100,00%	58.093,17	58.093,17	79.926,49	138.019,66	81.044,70	219.064,35

THIAGO SILVA OLIVEIRA

ARQUITETO E URBANISTA

CAU: A109143-3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO



Proponente / Tomador MUNICÍPIO DE OURO VERDE DE GOIÁS			Município/UF: OURO VERDE DE GOIÁS				
Nº do CT	Empreendimento / Apelido		LOCALIDADE: CMEI		REGIME: DESONERADA		
	ENDEREÇO: RUA DAS FLORES: QUADRA 35, LOTE 01, CENTRO. OURO VERDE DE GOIÁS.						
FONTE E DATA BASE: SINAPI 04/2021 /GOINFRA 11/2020			BDI: 25,00%			VALOR TOTAL	
PLANILHA ORÇAMENTARIA							
ITEM	CÓDIGO	SERVIÇOS	QNT	UND	UNIT. S/ BDI	UNIT. C/ BDI	TOTAL
1		ADMINISTRAÇÃO LOCAL					R\$ 11.197,50
1.1	250101	ENGENHEIRO - (OBRAS CIVIS)	20,00	H	R\$ 61,26	R\$ 76,58	R\$ 1.531,50
1.2	250103	ENCARREGADO	480,00	H	R\$ 16,11	R\$ 20,14	R\$ 9.666,00
2		SERVIÇOS INICIAIS					R\$ 15.934,22
2.1	21301	PLACA DE OBRA EM CHAPA MET. 28 C/ OITURA, AF. EM CAVALETES DE MADEIRA DE LEI (VIGOTAS 6X12CM)- PADRÃO AGETOP	6,00	M2	R\$ 148,94	R\$ 188,18	R\$ 1.117,05
2.3	41003	ATERRO INTERNO SEM APOLOAM.C/TR.EM CARRIMAO MAO	26,02	M3	R\$ 17,84	R\$ 22,30	R\$ 580,25
2.4	20400	LIGAÇÃO PROVISÓRIA DE ÁGUA (INCLUSO RETIRADA DO ESGOTO SANITÁRIO) - PD.GOINFRA	1,00	UN	R\$ 2.153,08	R\$ 2.691,35	R\$ 2.691,35
2.5	20501	LIGAÇÃO PROVISÓRIA LUZ E FORÇA - PD. GOINFRA	1,00	UN	R\$ 3.195,95	R\$ 3.994,94	R\$ 3.994,94
2.6	30114	MOBILIZ. DO CANTEIRO DE OBRAS- INCLUISE CARGA E DESC. E H. IMPRODUTIVA DO CAMINHÃO- (EXCLUSO O TRANSPORTE)	1,00	UN	R\$ 204,06	R\$ 255,08	R\$ 255,08
2.7	60202	FORMA-TABUA C/REAPROV. 2 VEZES - (OBRAS CIVIS)	18,00	M2	R\$ 76,96	R\$ 96,20	R\$ 1.731,60
2.8	30116	DESMOB. DO CANTEIRO DE OBRAS-INCLUSIVE CARGA E DESC. E H. IMPRODUTIVA DO CAMINHÃO-(EXCLUSO O TRANSPORTE)	1,00	UN	R\$ 204,06	R\$ 255,08	R\$ 255,08
2.9	30110	TRANSPORTE DE MATERIAIS/EQUIPAMENTOS/OUTROS (INCLUSIVE OS DA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO) - CAMINHÃO CARROCERIA MADEIRA 15 T (INCLUSO NO VALOR ORETORNO)	1125,00	TKM	R\$ 0,42	R\$ 0,53	R\$ 590,63
2.10	20200	FERRAMENTAS(MANUAIS/ELÉTRICAS) E MAT. DE LIMPEZA PERMANENTE DA OBRA-ÁREAS EDIFICADAS/COBERTAS/FECHADAS	173,45	M2	R\$ 2,25	R\$ 2,81	R\$ 487,83
2.11	30101	TRANSPORTE DE ENTULHO EM CAMINHÃO INCLUSO A CARGA MANUAL	6,00	M3	R\$ 30,41	R\$ 38,01	R\$ 228,08
2.12	21602	EPI/PPRA/PCMSO/EXAMES/TREINAMENTOS/VISITAS (< 20 EMPREGADOS) -ÁREAS EDIFICADAS/COBERTAS/FECHADAS	173,45	M2	R\$ 18,46	R\$ 23,08	R\$ 4.002,36
3		FUNDAÇÃO					R\$ 1.675,78
3.1	50302	ESTACA A TRADO DIAM.30 CM SEM FERRO	19,59	M	R\$ 18,46	R\$ 23,08	R\$ 452,04
3.2	50901	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS (SAPATAS/BLOCOS)	32,50	M3	R\$ 28,98	R\$ 36,23	R\$ 1.177,31
3.3	50903	REATERRO C/ APOLOAMENTO (SAPATAS/BLOCOS)	2,45	M3	R\$ 15,16	R\$ 18,95	R\$ 46,43
4		COBERTURA					R\$ 25.609,97
4.1	150103	ESTRUTURA METÁLICA CONVENCIONAL EM AÇO DO TIPO USI SAC-300 COM FUNDO ANTICORROSIVO	867,25	KG	R\$ 14,12	R\$ 17,65	R\$ 15.306,96
4.2	160967	COBERTURA C/TELHA CHAPA GALVANIZADA TRAPEZOIDAL 0,5 MM C/ACESSÓRIOS	172,19	M2	R\$ 38,34	R\$ 47,93	R\$ 8.252,21
4.3	160601	CALHA DE CHAPA GALVANIZADA	13,45	M2	R\$ 44,68	R\$ 55,85	R\$ 751,18
4.4	160603	RUFO DE CHAPA GALVANIZADA	10,68	M2	R\$ 66,68	R\$ 83,35	R\$ 890,18
4.5	160964	CUMEIRA P/TELHA GALVANIZADA TRAPEZOIDAL 0,5 MM	16,56	M	R\$ 19,78	R\$ 24,73	R\$ 409,45
5		ALVENARIA					R\$ 14.481,74
5.1	100160	ALVENARIA DE TIJOLO FURADO 1/2 VEZ 14X29X9 - 6 FUROS - ARG. (1CALH:4ARML+100KG DE C/M3)	359,46	M2	R\$ 32,23	R\$ 40,29	R\$ 14.481,74
6		REVESTIMENTO					R\$ 49.923,17
6.1	220311	CERAMICA ANTI-DERRAPANTE COM CONTRAPISO (1C1:3ARML) E ARGAMASSA COLANTE	49,49	M2	R\$ 51,64	R\$ 64,55	R\$ 3.194,58
6.2	220309	PISO EM CERÂMICA PEI MAIOR OU IGUAL A 4 COM CONTRA PISO (1C1:3ARML) E ARGAMASSA COLANTE	130,54	M2	R\$ 51,36	R\$ 64,20	R\$ 8.380,67
6.3	201302	REVESTIMENTO COM CERÂMICA	107,34	M2	R\$ 41,65	R\$ 52,06	R\$ 5.588,39
6.4	200150	CHAPISCO ROLADO -(1 COLA:10C1:30 ARML)	157,91	M2	R\$ 2,78	R\$ 3,48	R\$ 548,74
6.5	130152	REBOCO (1CALH:4ARFC +100KG C/M3) ESP = 1CM	618,92	M2	R\$ 17,01	R\$ 21,26	R\$ 13.159,79
6.6	261301	EMASSAMENTO COM MASSA PVA UMA DEMAQ	294,00	M2	R\$ 5,19	R\$ 6,49	R\$ 1.907,33
6.7	220104	PISO EM CONCRETO DESEMPENADO ESPESSURA = 7 CM 1:2,5:3,5	34,38	M2	R\$ 29,55	R\$ 36,94	R\$ 1.269,91
6.8	260601	PINTURA TEXTURIZADA C/SELADOR ACRILICO	359,46	M2	R\$ 12,44	R\$ 15,55	R\$ 5.589,60
6.9	261000	PINTURA LATEX ACRILICA 2 DEMAOS C/SELADOR	517,37	M2	R\$ 9,17	R\$ 11,46	R\$ 5.930,35
6.10	210515	GESSO CORRIDO EM TETO	157,91	M2	R\$ 11,77	R\$ 14,71	R\$ 2.323,25
6.11	4828	SOLEIRA/ PEITORIL EM MARMORE, POLIDO, BRANCO COMUM, L= '15' CM, E= '2' CM, CORTE M 61,30	26,50	M	R\$ 61,30	R\$ 76,63	R\$ 2.030,56
7		ESTRUTURA					R\$ 59.344,98
7.1	60303	ACO CA-50-A - 6,3 MM (1/4") - (OBRAS CIVIS)	168	KG	R\$ 8,51	R\$ 10,64	R\$ 1.787,10

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO



7.2	60304	ACO CA-50 A - 8,0 MM (5/16") - (OBRAS CIVIS)	731,1	KG	R\$ 8,54	R\$ 10,68	R\$ 7.804,49
7.3	60314	ACO CA - 60 - 5,0 MM - (OBRAS CIVIS)	484,80	KG	R\$ 7,62	R\$ 9,53	R\$ 4.617,72
7.4	60209	FORMA CH.COMPENSADA 12MM-VIGA/PILAR U=4V - (OBRAS CIVIS)	275,78	M2	R\$ 49,72	R\$ 62,15	R\$ 17.139,73
7.5	51036	CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL FCK=25 MPA (O.C.)	26,55	M3	R\$ 308,93	R\$ 383,86	R\$ 10.186,24
7.6	61101	FORRO EM LAJE PRE-MOLDADA INC.CAPEAMENTO/FERR.DISTRIB./ESCORAMENTO E FORMA/DESFORMA	193,61	M2	R\$ 73,59	R\$ 91,99	R\$ 17.809,70
8		ELÉTRICO					R\$ 1.253,00
8.1		INFRA					
8.1.1	12001	CAIXA OCTOGONAL DE FUNDO MOVEL, EM PVC, DE 4" X 4", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	17	UND	R\$ 2,34	R\$ 2,93	R\$ 49,73
8.1.2	39804	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, EM PVC, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TERRA / NEUTRO, PARA 6 DISJUNTORES NEMA OU 8 DISJUNTORES DIN	1,00	UND	R\$ 65,16	R\$ 81,45	R\$ 81,45
8.1.3	70673	CAIXA DISTRIBUIÇÃO TELEFÔNICA DE EMBUTIR 120X120X12 CM	1,00	UND	R\$ 494,83	R\$ 618,54	R\$ 618,54
8.1.4	71381	HASTE REV.COBRE(COPPERWELD) 5/8" X 3,00 M C/CONECTOR	1,00	UND	R\$ 66,31	R\$ 82,89	R\$ 82,89
8.1.5	34641	CAIXA DE ATERRAMENTO EM CONCRETO PRÆ-MOLDADO, DIAMETRO DE 0,30 M E ALTURA DE 0,35 M, SEM FUNDO E COM TAMPA	1,00	UND	R\$ 44,76	R\$ 55,95	R\$ 55,95
8.1.6	2688	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 25 MM	21,3	M	R\$ 1,37	R\$ 1,71	R\$ 36,48
8.1.7	2689	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 20 MM	150,1	M	R\$ 1,27	R\$ 1,59	R\$ 238,28
8.1.8	2556	CAIXA DE LUZ "3 X 3" EM ACO ESMALTADA	35,00	UND	R\$ 2,05	R\$ 2,56	R\$ 89,69
9		CABOS E DISJUNTORES					R\$ 3.902,15
9.1	39241	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR,450/750 V, SECAO NOMINAL 16 MM2(AZUL)	23,5	M	R\$ 14,64	R\$ 18,30	R\$ 430,05
9.2	39241	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR,450/750 V, SECAO NOMINAL 16 MM2(BRANCO)	23,50	M	R\$ 14,64	R\$ 18,30	R\$ 430,05
9.3	39241	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR,450/750 V, SECAO NOMINAL 16 MM2(VERDE)	23,50	M	R\$ 14,64	R\$ 18,30	R\$ 430,05
9.4	984	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR,450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2(AZUL)	166,5	M	R\$ 3,23	R\$ 4,04	R\$ 672,24
9.5	984	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR,450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2(BRANCO)	198,3	M	R\$ 3,23	R\$ 4,04	R\$ 800,64
9.6	984	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR,450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2(VERDE)	131	M	R\$ 3,23	R\$ 4,04	R\$ 528,91
9.7	984	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR,450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2(AMARELO)	53,9	M	R\$ 3,23	R\$ 4,04	R\$ 217,62
9.8	1008	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR,450/750 V, SECAO NOMINAL 6 MM2(AZUL)	7,2	M	R\$ 5,37	R\$ 6,71	R\$ 48,33
9.9	1008	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR,450/750 V, SECAO NOMINAL 6 MM2(BRANCO)	7,2	M	R\$ 5,37	R\$ 6,71	R\$ 48,33
9.10	1008	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR,450/750 V, SECAO NOMINAL 6 MM2(VERDE)	7,2	M	R\$ 5,37	R\$ 6,71	R\$ 48,33
9.11	34653	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, MONOPOLAR DE 6 ATE 32A (10A)	1,00	UND	R\$ 9,53	R\$ 11,91	R\$ 11,91
9.12	34653	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, MONOPOLAR DE 6 ATE 32A (15A)	1,00	UND	R\$ 9,53	R\$ 11,91	R\$ 11,91
9.13	34653	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, MONOPOLAR DE 6 ATE 32A (32A)	2,00	UND	R\$ 9,53	R\$ 11,91	R\$ 23,83
9.14	34714	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, TRIPOLAR 63 A (70A)	2,00	UND	R\$ 79,98	R\$ 99,98	R\$ 199,95
10		ACABAMENTOS					R\$ 306,84
10.1	38062	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	7,00	UND	R\$ 4,18	R\$ 5,23	R\$ 36,58
10.2	38077	INTERRUPTOR SIMPLES + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4"X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	2,00	UND	R\$ 9,07	R\$ 11,34	R\$ 22,68
10.3	38068	INTERRUPTORES SIMPLES (2 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4"X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	1,00	UND	R\$ 8,59	R\$ 10,74	R\$ 10,74
10.4	7528	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE +MODULO)	23,00	UND	R\$ 5,45	R\$ 6,81	R\$ 156,69
10.5	38075	TOMADA 2P+T 20A 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE +MODULO)	2,00	UND	R\$ 9,44	R\$ 11,80	R\$ 23,60
10.6	38084	TOMADA PARA ANTENA DE TV, CABO COAXIAL DE 9 MM, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	1,00	UND	R\$ 9,22	R\$ 11,53	R\$ 11,53
10.7	38082	TOMADA RJ11, 2 FIOS, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE +MODULO)	3,00	UND	R\$ 12,01	R\$ 15,01	R\$ 45,04
11		HIDROSSANITÁRIO					R\$ 1.564,85
11.1		APARELHOS					
11.1.1	10420	BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL DE LOUCA BRANCA	2,00	UND	R\$ 130,95	R\$ 163,69	R\$ 327,38
11.1.2	6141	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2" X 30 CM	2,00	UND	R\$ 3,21	R\$ 4,01	R\$ 8,03
11.1.3	80802	TANQUE MARMORE/GRANITO SINTÉTICO C/DUAS CUBAS E 1 BATEDOR	1,00	UND	R\$ 289,89	R\$ 337,36	R\$ 337,36

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO



11.1.4	36791	TORNEIRA CROMADA DE MESA PARA LAVATORIO, BICA ALTA (REF 1195)	2,00	UND	R\$ 74,75	R\$ 93,44	R\$ 186,88
11.1.5	13417	TORNEIRA CROMADA SEM BICO PARA TANQUE 1/2 " OU 3/4 " (REF 1143)	3,00	UND	R\$ 31,74	R\$ 39,68	R\$ 119,03
11.1.6	20282	SIFAO PLASTICO EXTENSIVEL UNIVERSAL, TIPO COPO	5,00	UND	R\$ 11,22	R\$ 14,03	R\$ 70,13
11.1.7	36794	LAVATORIO LOUCA BRANCA COM COLUNA *44 X 35,5" CM	2,00	UND	R\$ 134,55	R\$ 188,19	R\$ 336,38
11.1.8	6136	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA OU LAVATORIO, 1 X 1.1/2 "	1,00	UND	R\$ 115,00	R\$ 143,75	R\$ 143,75
11.1.9	38643	VALVULA EM METAL CROMADO PARA LAVATORIO, 1 " SEM LADRAO	1,00	UND	R\$ 28,75	R\$ 35,94	R\$ 35,94
12		ÁGUA FRIA					R\$ 1.179,17
12.1	34637	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 500 LITROS, COM TAMPA	1,00	UND	R\$ 206,51	R\$ 258,14	R\$ 258,14
12.2	96	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 25 MM X 3/4", PARA CAIXA D'AGUA	1,00	UND	R\$ 12,52	R\$ 15,65	R\$ 15,65
12.3	97	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 32 MM X 1", PARA CAIXA D'AGUA	3,00	UND	R\$ 18,25	R\$ 20,31	R\$ 60,94
12.4	20055	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1", COM CORPO DIVIDIDO	2,00	UND	R\$ 26,86	R\$ 33,58	R\$ 67,15
12.5	6032	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 3/4", COM CORPO DIVIDIDO	1,00	UND	R\$ 16,46	R\$ 20,58	R\$ 20,58
12.6	3906	LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	2,00	UND	R\$ 1,83	R\$ 2,29	R\$ 4,58
12.7	3531	JOELHO PVC, SOLDAVEL COM ROSCA, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	2,00	UND	R\$ 2,52	R\$ 3,15	R\$ 6,30
12.8	3534	JOELHO PVC, ROSCAVEL, 45 GRAUS, 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	2,00	UND	R\$ 5,46	R\$ 6,83	R\$ 13,65
12.9	11825	TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 1", COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	1,00	UND	R\$ 47,94	R\$ 59,93	R\$ 59,93
12.10	9868	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	46,14	M	R\$ 4,17	R\$ 5,21	R\$ 235,29
12.11	9869	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	4,6	M	R\$ 9,36	R\$ 11,70	R\$ 53,82
12.12	65	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA	8	UND	R\$ 0,99	R\$ 1,24	R\$ 9,90
12.13	829	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 32 X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	2	UND	R\$ 1,01	R\$ 1,26	R\$ 2,53
12.14	3524	JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	6	UND	R\$ 8,14	R\$ 10,18	R\$ 61,05
12.15	3529	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	15	UND	R\$ 0,82	R\$ 1,03	R\$ 15,38
12.16	1957	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	1	UND	R\$ 7,85	R\$ 9,81	R\$ 9,81
12.17	7136	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 32 MM X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	1	UND	R\$ 6,88	R\$ 8,60	R\$ 8,60
12.18	6005	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 3/4 " (REF1509)	3	UND	R\$ 53,50	R\$ 66,88	R\$ 200,63
12.19	11753	REGISTRO PRESSAO BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3/4 " (REF 1400)	2	UND	R\$ 17,59	R\$ 21,99	R\$ 43,98
12.20	7139	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	8	UND	R\$ 1,39	R\$ 1,74	R\$ 13,90
12.21	7140	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	3	UND	R\$ 4,64	R\$ 5,80	R\$ 17,40
13		ESGOTO					R\$ 7.671,33
13.1	6152	VALVULA EM PLASTICO BRANCO COM SAIDA LISA PARA TANQUE 1.1/4 " X 1.1/2 "	3	UND	R\$ 2,74	R\$ 3,43	R\$ 10,28
13.2	11712	CAIXA SIFONADA PVC, 150 X 150 X 50 MM, COM GRELHA QUADRADA BRANCA (NBR 5688)	3	UND	R\$ 34,80	R\$ 43,50	R\$ 130,50
13.3	41628	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,40 X0,40 X 0,40 M	2	UND	R\$ 137,14	R\$ 171,43	R\$ 342,85
13.4	9836	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	39,93	M	R\$ 13,86	R\$ 17,33	R\$ 691,79
13.5	9837	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	0,77	M	R\$ 12,28	R\$ 15,35	R\$ 11,82
13.6	9838	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	3,2	M	R\$ 8,51	R\$ 10,64	R\$ 34,04
13.7	9835	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	15,95	M	R\$ 5,00	R\$ 6,25	R\$ 99,69
13.8	20094	CURVA CURTA PVC, PB, JE, 45 GRAUS, DN 100 MM, PARA REDE COLETORA ESGOTO (NBR10569)	1	UND	R\$ 28,08	R\$ 35,10	R\$ 35,10
13.9	1929	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	4	UND	R\$ 7,13	R\$ 8,91	R\$ 35,65
13.10	20095	CURVA CURTA PVC, PB, JE, 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA REDE COLETORA ESGOTO (NBR10569)	2	UND	R\$ 35,76	R\$ 44,70	R\$ 89,40
13.11	1958	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	5	UND	R\$ 13,93	R\$ 17,41	R\$ 87,06
13.12	10835	JOELHO PVC, COM BOLSA E ANEL, 90 GRAUS, DN 40 X "38" MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	5	UND	R\$ 3,80	R\$ 4,75	R\$ 23,75
13.13	3518	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	2	UND	R\$ 2,97	R\$ 3,71	R\$ 7,43
13.14	3519	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	1	UND	R\$ 7,03	R\$ 8,79	R\$ 8,79

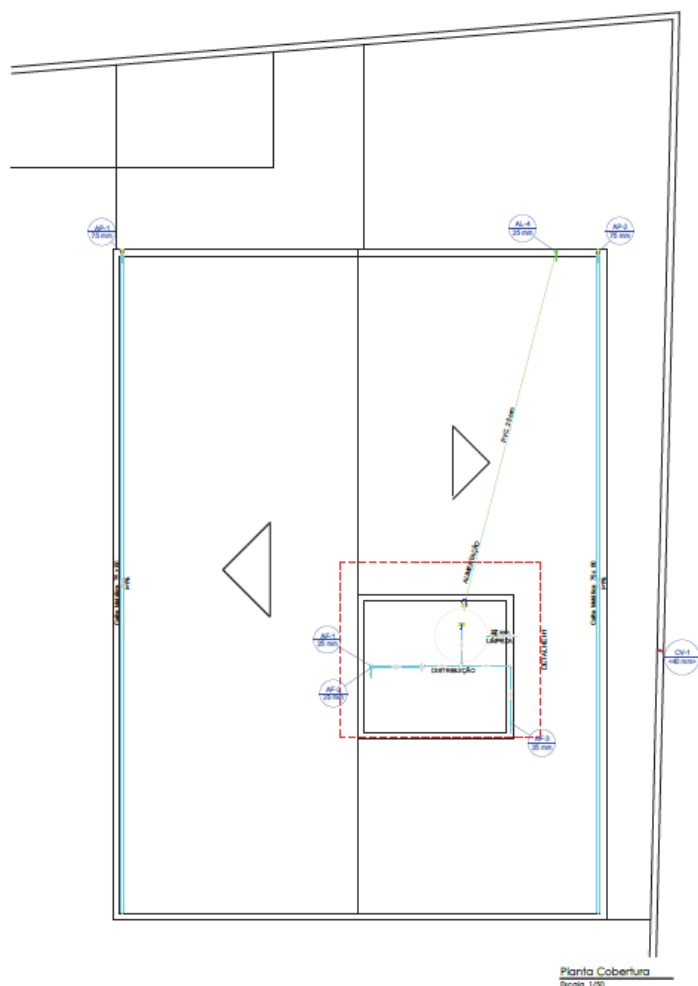
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO



13.15	3528	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	1	UND	R\$ 7,83	R\$ 9,79	R\$ 9,79
13.16	37949	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	5	UND	R\$ 1,77	R\$ 2,21	R\$ 11,06
13.17	3520	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	2	UND	R\$ 7,88	R\$ 9,85	R\$ 19,70
13.18	3659	JUNCAO SIMPLES, PVC, DN 100 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	2	UND	R\$ 15,41	R\$ 19,26	R\$ 38,53
13.19	3660	JUNCAO SIMPLES, PVC, DN 100 X 75 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	1	UND	R\$ 22,21	R\$ 27,76	R\$ 27,76
13.20	3670	JUNCAO SIMPLES, PVC, 45 GRAUS, DN 100 X 100 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	1	UND	R\$ 20,50	R\$ 25,63	R\$ 25,63
13.21	81865	FOSSA SEPTICA 1500 LITROS COM IMPERMEABILIZAÇÃO	1	UND	R\$ 2.307,01	R\$ 2.883,76	R\$ 2.883,76
13.22	98083	SUMIDOURO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIAMETRO INTERNO = 2,38 M, ALTURA INTERNA = 2,50 M, ÁREA DE INFILTRAÇÃO: 21,3 M² (PARA 8 CONTRIBUINTES). AF 12/2020	1	UND	R\$ 2.437,58	R\$ 3.046,98	R\$ 3.046,98
14		ÁGUA PLUVIAL					R\$ 3.741,00
14.1	40783	CALHA QUADRADA DE CHAPA DE AÇO GALVANIZADA NUM 24, CORTE 50 CM	34	M	R\$ 64,80	R\$ 81,00	R\$ 2.754,00
14.2	9836	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	18	M	R\$ 13,86	R\$ 17,33	R\$ 311,85
14.3	20085	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	6	M	R\$ 35,46	R\$ 44,33	R\$ 265,95
14.4	41628	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSÕES DE 0,40 X 0,40 X 0,40 M	2	UND	R\$ 137,14	R\$ 171,43	R\$ 342,85
14.5	12614	BOCAL PVC, PARA CALHA PLUVIAL, DIAMETRO DA SAÍDA ENTRE 80 E 100 MM, PARA DRENAGEM PREDIAL	2	UND	R\$ 18,86	R\$ 23,33	R\$ 46,85
14.6	3520	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	2	UND	R\$ 7,88	R\$ 9,85	R\$ 19,70
15		ESQUADRIA DE MADEIRA					R\$ 2.504,59
15.1	170103	PORTA LISA 80x210 C/PORTAL E ALISAR S/FERRAGENS	2	UND	R\$ 340,80	R\$ 426,00	R\$ 852,00
15.2	170110	PORTA LISA 90x210 COM PORTAL E ALISAR SEM FERRAGENS	3	UND	R\$ 440,69	R\$ 550,86	R\$ 1.652,59
16		ESQUADRIA METÁLICA					R\$ 617,77
16.1	180309	PORTÃO CORRER / ABRIR CONJUGADO PT-8 C/FERRAGENS 2,10X0,90	1,89	M2	R\$ 261,49	R\$ 326,86	R\$ 617,77
17		VIDROS(PORTA)					R\$ 5.126,86
17.1	190201	VIDRO TEMPERADO 10 MM - COLOCADO 2,10X1,80	18,9	M2	R\$ 217,01	R\$ 271,26	R\$ 5.126,86
18		VIDROS(JANELAS)					R\$ 9.216,64
18.1	190202	VIDRO TEMPERADO 10 MM FUME - COLOCADO	12,48	M2	R\$ 251,74	R\$ 314,68	R\$ 3.927,14
18.2	180101	ESQUADRIA DE ALUMÍNIO NATURAL CORRER / VIDRO 2 FOLHAS C/FERRAGENS.(M.O.FAB.INC.MAT.)	12,48	M2	R\$ 339,07	R\$ 423,84	R\$ 5.289,49
19		ACESSÓRIOS					R\$ 2.057,63
19.1	38188	PUXADOR TUBULAR RETO DUPLO, EM ALUMÍNIO CROMADO, COMPRIMENTO DE APROX 400MM E DIAMETRO DE 25 MM (1") PORTA DE VIDRO	10	UND	R\$ 112,59	R\$ 140,74	R\$ 1.407,38
19.2	3103	FECHADURA PARA PORTA PIVOTANTE DE VIDRO TEMPERADO, EM AÇO INOX COM ACABAMENTO CROMADO, RECORTE PADRÃO SANTA MARINA, COM CILINDRO EM LATÃO, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	5	UND	R\$ 41,60	R\$ 52,00	R\$ 260,00
19.3	43610	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA INTERNA, EM AÇO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO INTERNA	5	UND	R\$ 62,44	R\$ 78,05	R\$ 390,25
20		DIVERSOS					R\$ 1.755,16
20.1	270501	LIMPEZA FINAL DA OBRA-(OBRAS CIVIS)	173,45	M2	R\$ 1,97	R\$ 2,46	R\$ 427,12
20.2	270804	PLACA DE INAUGURAÇÃO AÇO ESCOVADO 60 X 120 CM	1	UND	R\$ 1.062,43	R\$ 1.328,04	R\$ 1.328,04
TOTAL GERAL							R\$ 219.064,35

Declaramos que foi utilizado o detalhamento de encargos sociais iguais aos do SINAPI e AGETOP, Regime DESONERADO, para o Estado de Goiás.


THIAGO SILVA OLIVEIRA
 ARQUITETO E URBANISTA
 CAU: A109143-3

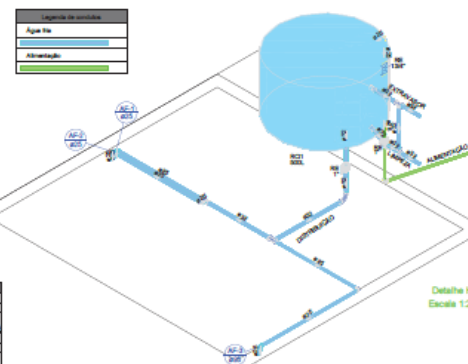


Planta Cobertura
Escala: 1/50

Legenda de materiais	
Quantidade	Descrição
1	Região externa V1 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"
1	Região externa V2 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"
1	Região externa V3 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"
1	Região externa V4 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"
1	Região externa V5 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"
1	Região externa V6 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"
1	Região externa V7 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"
1	Região externa V8 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"
1	Região externa V9 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"
1	Região externa V10 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"

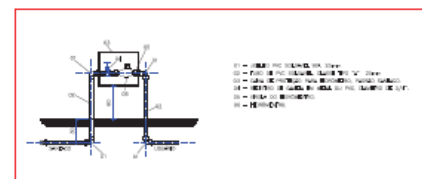
Legenda de materiais	
Quantidade	Descrição
1	Região externa V11 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"
1	Região externa V12 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"
1	Região externa V13 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"
1	Região externa V14 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"
1	Região externa V15 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"

Legenda de materiais	
Quantidade	Descrição
1	Região externa V16 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"
1	Região externa V17 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"
1	Região externa V18 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"
1	Região externa V19 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"
1	Região externa V20 composto material PVC
1	PVC 1/2" x 1/2"
1	Canais 1/2" x 1/2"
1	Tubo 1/2"
1	1/2"



DETALHE H1
Escala 1:25

DETALHE HIDROMETRO



APPROVAÇÃO

CMEI PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS "BENÉ"

Rua das Flores, Qd. 35, Lt. 01. Centro. Ouro Verde de Goiás.

RESP. TÉCNICO E AUTOR PROJETO:

ARQUITETO E URBANISTA THIAGO S. OLIVEIRA
- CAU Nº A109143-3

PROPRIETÁRIO:

MUNICÍPIO DE OURO VERDE DE GOIÁS

ÁREA:
173,45 m²

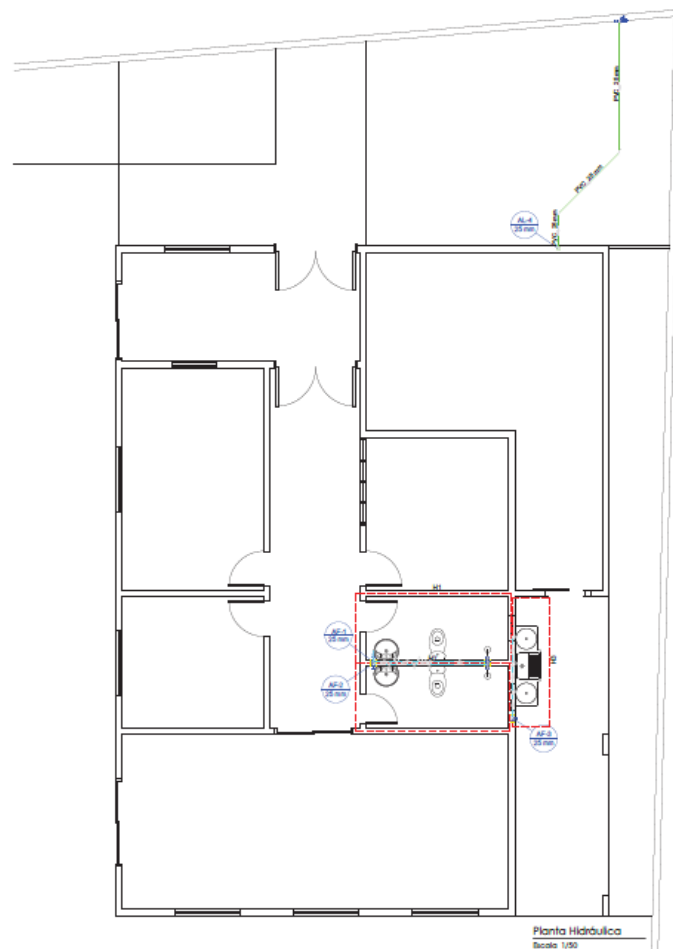
CONTEÚDO:
Planta Cobertura, Detalhe H1 (Detalhe) com Legenda e
Linha de Material e Cálculo do Hidrômetro.

Desenhado por: Autor

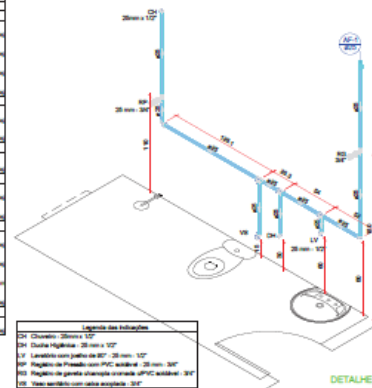
DATA:
09/06/2021

FOLHA:
1/3

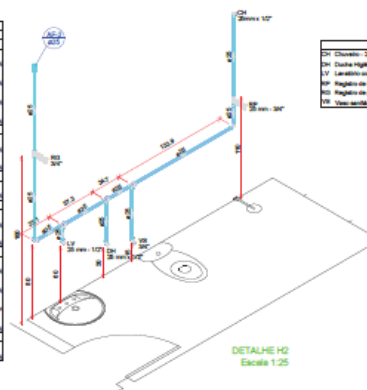
Escala:
Indicada



Planta Hidráulica
Escala 1/50

[illegible]

DETALHE H1
Escala 1:25

[illegible]

DETALHE H2
Escala 1:25

Lista de materiais	
Agua Via	
Aquecimento	
Torneira de Tanque de Lixo	
20°C	2
Materiais	
Regulador de pressão de escape constante	
20°C	1
PMV: Regime estável	
Adaptar modo de operação com o regulador	
20°C - 20°C	2
Regime de 20°C	
20°C	2
20°C	4,81
20°C	2
PMV: Regime de 20°C	
Adaptar modo de operação com o regulador	
20°C - 20°C	2



DETALHE H3
Escala 1:25

Legenda das Indicações

003 Registro de gestão financeira orçada (PVC estável) - 30%

1145 Tercos de base com bolhas de PVC - 20 cm - 30%

APROVAÇÃO

**CMEI PROFESSORA BENEDITA GOMES
DOS SANTOS "BENÉ"**

Rua das Flores, Qd. 35, Lt. 01. Centro. Ouro Verde de Goiás.

RESP. TÉCNICO E AUTOR PROJETO:

ARQUITETO E URBANISTA: THIAGO S. OLIVEIRA
- CAU Nº: A109143-3

PROPRIETÁRIO:

MUNICÍPIO DE OURO VERDE DE GOIÁS

ÁREA:
173,45 m²

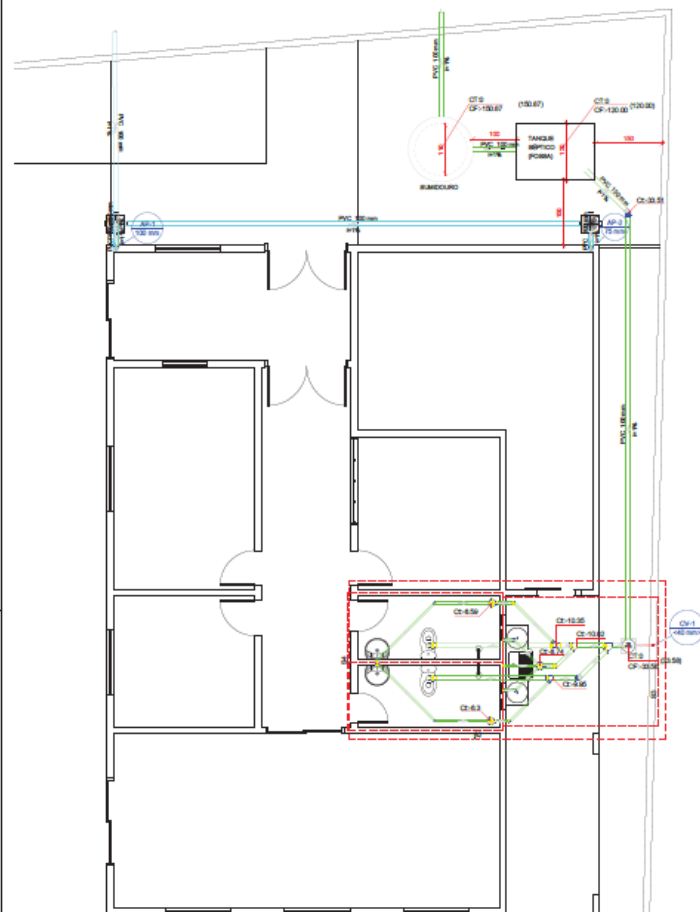
CONTÉUDO
Planta Habitual, Detalhe HI com legenda e foto de material, Detalhe HQ com legenda e foto de material, Detalhe HO com legenda e foto de material.

Desenhado por Autor

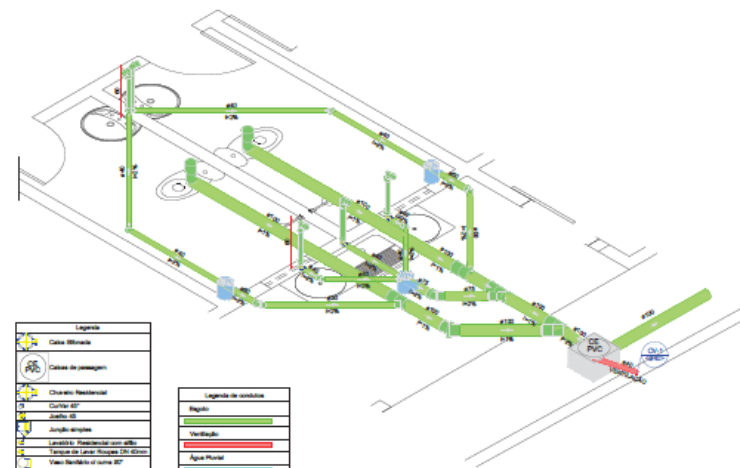
DATA:
09/06/2021

2/3

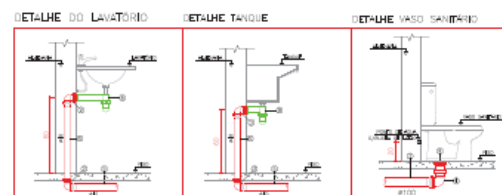
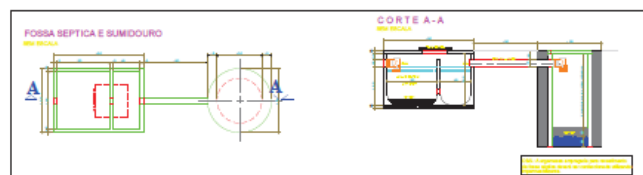
Indicada



Planta Sanitária
Escala 1/50

[illegible]

DETALHE ISOMÉTRICO GERAL
Escala 1:25

[illegible]

APPROVAÇÃO

**CMEI PROFESSORA BENEDITA GOMES
DOS SANTOS "BENÉ"**

Rua das Flores, Qd. 35, Lt. 01. Centro. Ouro Verde de Goiás.

RESP. TÉCNICO E AUTOR PROJETO:

ARQUITETO E URBANISTA: THIAGO B. OLIVEIRA
- CAU Nº: A109143-3

PROPRIETÁRIO:

MUNICÍPIO DE OURO VERDE DE GOIÁS

AREA:
173.45 m²

DATA:
09/06/2021

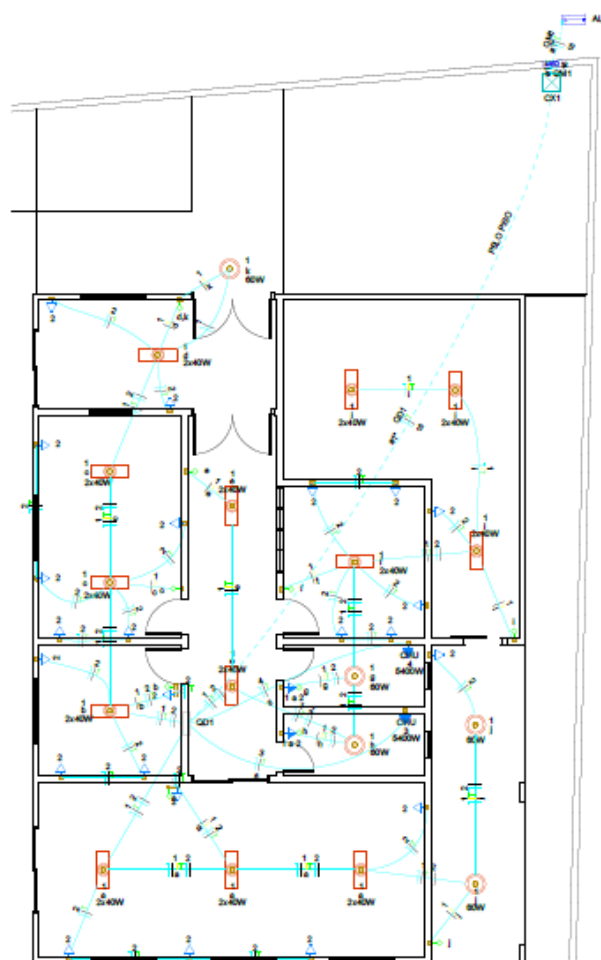
CONTINUED

Desenhado por **Aulaz**

3/3

Desenhado por Autor

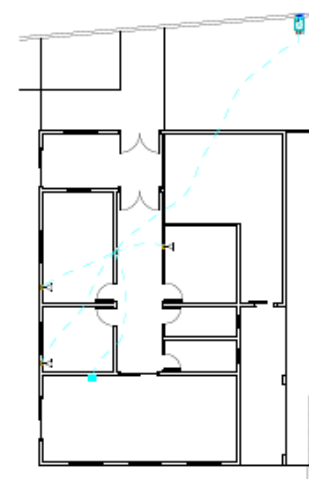
Indicada



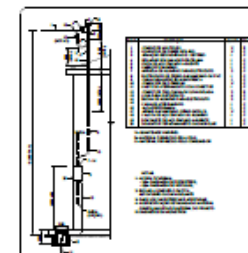
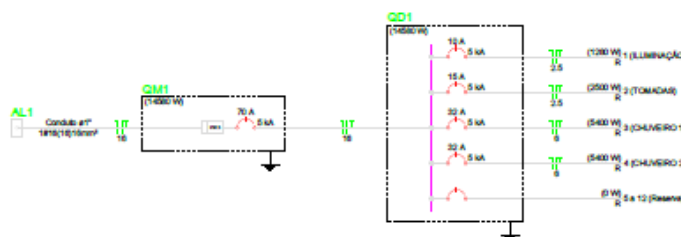
Planta Eléctrica Témeo
Escala: 1/100

[illegible]

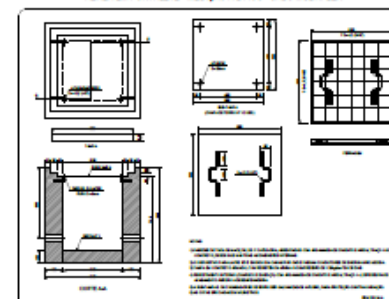
Tipo de carga	Potência instalada (VA)	Fator de demanda (%)	Demanda (VA)
Uso Específico	14.88	100.00	14.88
		100.00	14.88



Planta de Rede e Telefonia



AÉREA EM PONTALESTE - MEDIÇÃO A 2 FIOS - CARD MÚLTIPLO



CANAL DE PASSAGEM ENTERRADO.

associated

CMEI PROFESSORA BENEDITA GOMES
DOS SANTOS "BENÉ"

Rua das Flores, Qd. 35, Lt. 01, Centro, Ouro Verde de Goiás

RESP. TÉCNICO E AUTOR PROJETO:

ARQUITETO E URBANISTA: THIAGO S. OLIVEIRA
- CREA Nº: A108143/3

PROPHET ALSO:

Ministerio de Cultura y Turismo de España

AREA:
173.45 m²

Planta Elétrica, Planta de Rede e Telefonia, Diagrama

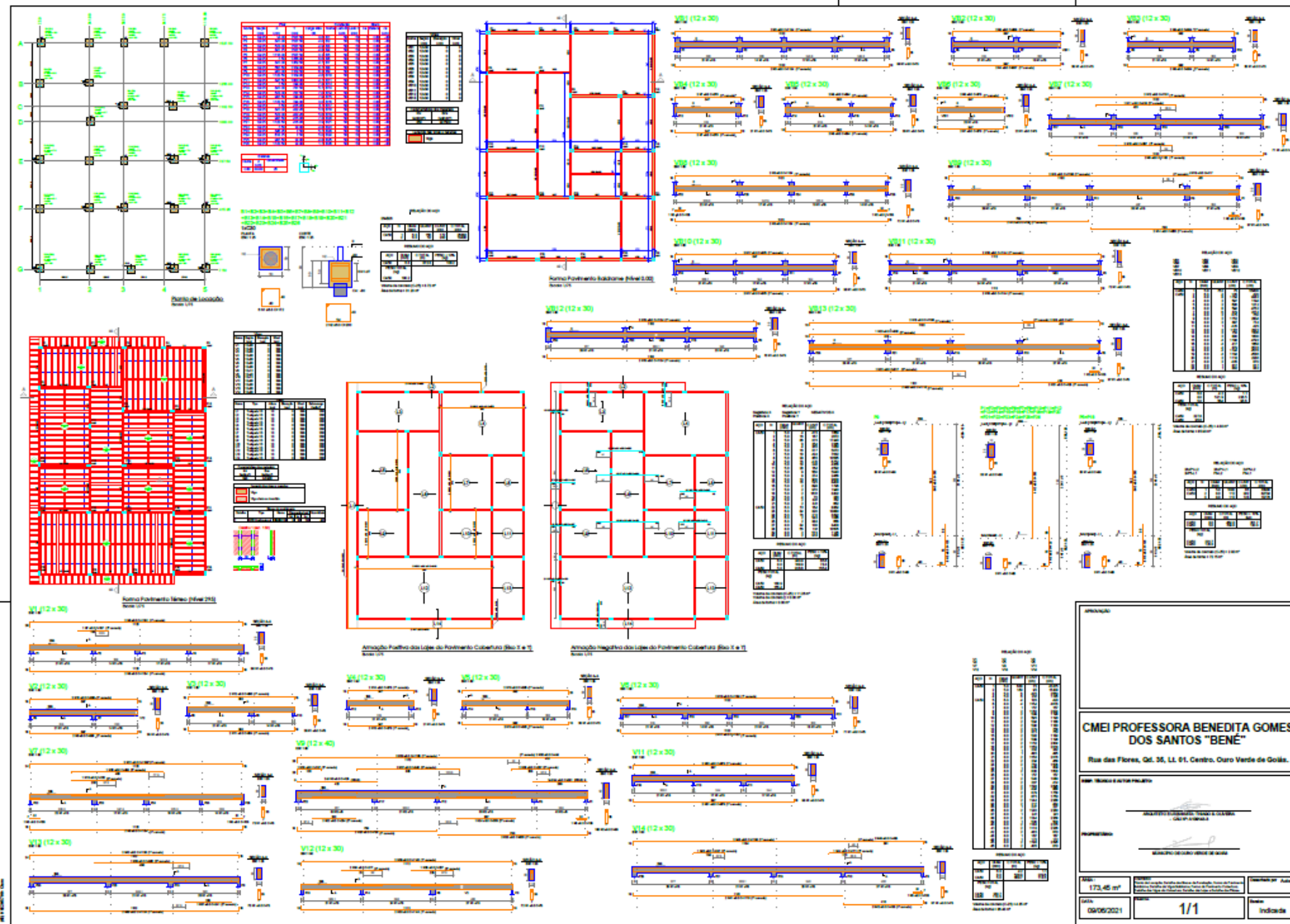
Desarrollado por **Autor**

DATA:
09/06/2021

1/1

Indicada

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO



CMEI PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS "BENÉ"

Rua das Flores, Qd. 35, Lt. 91, Centro, Ouro Verde de Goiás.

PROPOSTA E AUTORIZAÇÃO

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Valor: 173,45 m²

Data: 09/06/2021

1/1

Indicador

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021

Objeto: **EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CMEI – PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS “BENÉ”**, conforme especificado nas peças de engenharia como: **Projetos, Composições de Orçamento, Planilha Orçamentária e Demonstrativo de BDI** dispostos no Edital – Termo de Referência parte deste expediente.

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA.

Atestamos que a Empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, sediada na _____ nº _____, Setor: _____, CEP: _____, no Município de _____, Estado de _____, por meio de seu representante: _____ () Procurador ou () Proprietário, profissão, (_____), CPF/MF nº (_____), Telefone fixo: (____ - _____ / _____), Celular (____ - _____) e-mail: _____, promoveu nesta data a Visita Técnica inerente a obra supracitada, tomando conhecimento do local e de todas as características da obra.

Nome do Proprietário da Empresa: _____ CPF/MF nº (____), Telefone fixo: (____ - _____ / _____), Celular (____ - _____)

e-mail da empresa: _____,

e-mail do proprietário: _____,

Ouro Verde de Goiás - GO, ____ / ____ / ____

Assinatura do Responsável

Assinatura do Rep. da Empresa

ANEXO III
CADASTRAMENTO

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021

Objeto: **EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CMEI – PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS “BENÉ”**, conforme especificado nas peças de engenharia como: **Projetos, Composições de Orçamento, Planilha Orçamentária e Demonstrativo de BDI** dispostos no **Edital – Termo de Referência** parte deste expediente.

RECIBO / CADASTRAMENTO

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, sediada à _____, na de Cidade de _____, Estado de _____, por meio de (**Engenheiro Civil**), **Sócio Administrador** () ou Representante **Procurador** (), retirou o **Edital de Tomada de Preço nº 004/2021**, e promoveu o seu **CADASTRAMENTO**, nos termos do art. 22, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Declara ter adquirido toda a documentação necessária à avaliação das regras editalícias, e que eventual impugnação do termo convocatório desafia prazo decadencial de 02 (dois) dias que anteceder a deflagração do certame. Ainda assevera a ciência de que os esclarecimentos deverão ser pronunciados até igual data, e que os atos de comunicação poderão ser feitos por meio do e-mail:

Nome do Representante (**Engenheiro Civil**) /Procuração _____,

CPF-MF nº _____ / CREA nº _____ / _____.

Telefone fixo _____ - _____ Celular: _____ - _____;

Nome do Proprietário da empresa _____,

CPF-MF nº _____ / CREA nº _____ / _____.

Telefone fixo _____ - _____ / _____ Celular: _____ - _____,

E-mail da Empresa: _____,

E-mail do Proprietário: _____.

DECLARAMOS que a empresa retro promoveu o **CADASTRO** junto ao Órgão ou Entidade licitante nos termos do art. 22, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93. **O presente cadastro NÃO SUBSTITUI a documentação inerente à HABILITAÇÃO, que será aferida em momento oportuno durante a persecução do certame.**

Ouro Verde de Goiás, GO, aos ____ / ____ / ____

(Assinatura)

ANEXO IV
SIMPLES CREDENCIAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021

Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CMEI – PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS “BENÉ”, conforme especificado nas peças de engenharia como: **Projetos, Composições de Orçamento, Planilha Orçamentária e Demonstrativo de BDI** dispostos no **Edital – Termo de Referência** parte deste expediente.

SIMPLES CREDENCIAMENTO

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, sediada na _____, nº _____, Setor: _____, CEP: _____, no Município de _____, Estado de _____, se faz representar na sessão pública de abertura e julgamento da Tomada de Preços nº 004/2021, do Município de Ouro Verde de Goiás, Goiás pelo senhor: _____ () Procurador ou () Proprietário, profissão, () Reg. Prof. (), CPF-MF nº (), Telefone: () – (), e-mail: _____,

Ouro Verde de Goiás - GO, aos ____/____/____

Assinatura do Rep. da Empresa

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021

Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CMEI – PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS “BENÉ”, conforme especificado nas peças de engenharia como: **Projetos, Composições de Orçamento, Planilha Orçamentária e Demonstrativo de BDI** dispostos no Edital – Termo de Referência parte deste expediente.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, com sede na _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que, até a presente data, **inexistem fatos impeditivos para sua participação ou habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.**

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021

Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CMEI – PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS “BENÉ”, conforme especificado nas peças de engenharia como: **Projetos, Composições de Orçamento, Planilha Orçamentária e Demonstrativo de BDI** dispostos no Edital – Termo de Referência parte deste expediente.

DECLARAÇÃO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, com sede na _____, DECLARA, sob as penas da lei, que, encontra-se enquadrada como Microempresa- ME ou Empresa de Pequeno porte EPP, junto à Receita Federal, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, em especial as promovidas pela Lei complementar nº 147/2014.

Tem conhecimento dos Artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 147/2014, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação, e que não incide nos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 147/2014.

Tem conhecimento ainda de que declarar fatos inverídicos caracteriza crime, passíveis de sanções administrativas, civis e criminais

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO VII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MENORES, ART. 7º, XXXIII, CF/88
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021**

Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CMEI – PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS “BENÉ”, conforme especificado nas peças de engenharia como: **Projetos, Composições de Orçamento, Planilha Orçamentária e Demonstrativo de BDI** dispostos no **Edital – Termo de Referência** parte deste expediente.

DECLARAÇÃO DE MENORES

A _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, a inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO VIII
MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021

A/C Comissão de Licitação.

Assunto: Apresentação de Proposta Preços (COMERCIAL), referente a **TOMADA DE PREÇOS nº 004/2021**, que visa o Objeto: **EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CMEI – PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS “BENÉ”**, conforme especificado nas peças de engenharia como: **Projetos, Composições de Orçamento, Planilha Orçamentária e Demonstrativo de BDI** dispostos no **Edital – Termo de Referência** parte deste expediente.

Prezada Comissão de Licitação,

Declaramos ter conhecimento que o processo administrativo em apreço, se refere à licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, sob o nº **004/2021**, por execução **INDIRETA**, do tipo **MENOR PREÇO**, com critérios de adjudicação e aceitabilidade da proposta por **PREÇO GLOBAL**, sob o regime de execução **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, bem como ter conhecimento de todas as regras editalícias, em especial: local, condições de participação, execução, obrigações, ônus, forma de pagamento, casos de rescisão, sanções administrativas e pecuniárias, penalidades, não havendo nenhum motivo patente de **impugnação do Termo Convocatório**, motivo pelo qual vimos apresentar a nossa **Proposta de Preços (comercial)** para execução do objeto ora licitado:

O preço apresentado foi calculado através de custos unitários, conforme instrução disposta no **Edital – Termo de Referência**, e documentos instrutórios, observado o tipo **MENOR PREÇO**, e forma de aceitabilidade da proposta por **PREÇO GLOBAL**, sob a forma de execução por **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** no valor **Global de R\$ 00.000,00** (extenso).

A **execução e o pagamento** das obras seguirão o **cronograma físico-financeiro**, contados a partir da data de emissão da **Ordem de Serviços**, e o pagamento seguirá as regras dispostas no **Edital**.

O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta)** dias contados a partir da data de sua apresentação.

Atenciosamente,

Local e Data ____/____/2021

Assinatura do Responsável Legal da Empresa

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESTRIÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL DA ME – EPP

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021

Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CMEI – PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS “BENÉ”, conforme especificado nas peças de engenharia como: **Projetos, Composições de Orçamento, Planilha Orçamentária e Demonstrativo de BDI** dispostos no **Edital – Termo de Referência** parte deste expediente.

DECLARAÇÃO DE RESTRIÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL DA ME – EPP

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____, nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, neste ato representada pelo(s) _____ (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento, na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, DECLARA, que apresenta restrições na documentação relativa à regularidade fiscal e assume o compromisso de promover sua regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração, caso formule o lance vencedor.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal

ANEXO X
MODELO DE PROCURAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, neste ato representado pelo(s) _____ diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, como bastante Procurador(a):

OUTORGADO(S):

o(a) Senhor(a) _____ nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço, a quem confere amplos poderes para representar a outorgante nos atos de persecução necessários à instrução da Tomada de Preços nº 004/2021, conferindo-lhe ainda, poderes gerais de representação para apresentar proposta, assinar documentos de instrução, pronunciar, e **poderes especiais, negociar preços e demais condições, interpor e desistir de recursos, apresentar declarações extras, firmar compromissos ou acordos, assinar contrato**, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes.

Data e local.....

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Reconhecida Firma*

ANEXO XI
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE
TOMADA DE PREÇOS nº 004/2021

A empresa _____, representada pelo senhor: _____ (nome), inscrito no RG n.º _____ e com CPF. n.º _____, como representante devidamente constituído da Empresa _____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ n.º _____, doravante denominado LICITANTE, para fins do disposto no Edital da presente Licitação, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la, tendo ciência também das sanções administrativas, cíveis e penais decorrentes de informação inverídica independente de dolo ou má fé.

Município _____ aos ____ dias do mês de ____ de _____

Assinatura

ANEXO XII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO

Declaro soba as penas da Lei que a empresa _____, inscrita no **CNPJ nº** _____, participante da licitação na modalidade **Tomada de Preços nº 004/2021**, do Município de Ouro Verde de Goiás, Goiás, referente a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CMEI – PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS “BENÉ”**, conforme especificado nas peças de engenharia como: **Projetos, Composições de Orçamento, Planilha Orçamentária e Demonstrativo de BDI** dispostos no Edital – **Termo de Referência parte deste expediente**, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Local _____, data ____/_____/2021.

Assinatura e nome representante legal do órgão licitante

(Apresentar via original)

ANEXO XIII

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CMEI – PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS “BENÉ” NO MUNICÍPIO DE OURO VERDE DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS.

Nº ____/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO VISANDO
A EXECUÇÃO DE OBRA, CELEBRADO
ENTRE O MUNICÍPIO DE OURO VERDE
DE GOIÁS, E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.

1.0. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES:

1.1. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE OURO VERDE DE GOIÁS, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.485.531/0001-84, com sede administrativa na Rua Carlos de Pina nº 72, Centro, Ouro Verde de Goiás - GO, neste ato representado por seu Gestor, Senhor **WELLINGTON REZENDE DE MOURA**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 612.392.751-53, residente e domiciliado na cidade de Ouro Verde de Goiás, Goiás; e **O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO VERDE DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Carlos de Pina, nº 38, Casa 2, Centro, Ouro Verde de Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 30.597.659/0001-38, representada neste ato por sua gestora **LIZANIA NUNES DA CUNHA RAMOS**, brasileira, casada, portadora do CPF sob o nº 004.081.501-30, residente e domiciliada na cidade de Ouro Verde de Goiás, Goiás, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTES**.

1.2. CONTRATADA: _____, pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua/Av. Qd. ____ Lt. ____, Setor/Bairro _____ – na cidade de _____, neste ato representado pelo senhor _____, brasileiro, _____, _____, portador do CPF nº _____ e da RG nº _____-SSP ____, residente domiciliado na cidade de _____ doravante denominada **CONTRATADA**.

2.0. CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA:

2.1. A unidade escolar supracitada não conta com um centro administrativo adequado, dificultando os trabalhos internos, bem como o atendimento ao público em geral, e o fluxo de informações administrativas e pedagógicas.

2.2. Portanto, para garantir um atendimento de qualidade e, concomitantemente, gerar melhores resultados do ponto de vista administrativo, a organização do centro administrativo precisa acompanhar o dinamismo institucional, favorecendo o trabalho de forma global.

2.3. Como pode – se ver, um centro administrativo adequado é uma estratégia para garantir uma linha de trabalho mais coesa e aumentar o índice de satisfação da comunidade escolar, consolidando a tecnologia de gestão educacional entre os colaboradores, melhorando a produtividade e beneficiando a escola sob diversas óticas.

3.0. CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO:

3.1. O presente procedimento tem como base o **Art. 22, II, §2º da Lei nº 8.666/93** e suas alterações posteriores, que estabelece normas gerais de licitação, bem como pelas regras estatuídas nas **Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014**.

3.2. O presente procedimento licitatório de **TOMADA DE PREÇOS nº 004/2021** é originário do **Processo Licitatório nº 026/2021**.

4.0. CLÁUSULA QUARTA - DO OBJETO:

4.1. O presente Procedimento tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CMEI – PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS “BENÉ”**, conforme especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO: Projetos, Composições de Orçamento, Planilha Orçamentária e Demonstrativo de BDI**.

4.2. Deverão estar incluindo nos preços todos os custos tais como: impostos e taxas, encargos fiscais, trabalhistas, leis sociais, previdenciárias, de segurança do trabalho ou quaisquer outros custos incidentes diretos ou indiretos, mesmo não especificados e que sejam necessários ao fornecimento, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro.

5.0. CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1. Os serviços serão executados no **CMEI Professora Benedita Gomes dos Santos “Bené”**.

5.2. O início das obras fica condicionado à emissão da ordem de serviço e deve ser iniciada em até **15 (quinze)** dias após sua expedição, a obra deve ser executada em no máximo **90 (noventa)** dias após seu início. Obrigatoriamente devem ocorrer as medições de todas as etapas da obra. As medições devem ser aprovadas pelo Arquiteto responsável pelo acompanhamento das obras do Município de Ouro Verde de Goiás - GO.

5.3. Quando da execução dos serviços por parte da contratada, for detectado que os mesmos não atendem às necessidades do Município, a contratada deverá refazê-los sem ônus adicionais.

5.4. As despesas com hospedagem, alimentação e transporte, do Engenheiro ou de sua equipe em seus deslocamentos à Sede da Contratante, será por conta da CONTRATADA.

5.5. Todas as demais despesas e custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços ora licitados correrão inteira e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

6.0. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR.

6.1. O valor global do presente contrato será da ordem de **R\$ _____ (_____)**.

6.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.0. DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Pagamento será realizado com recursos do Tesouro Municipal, bem como emendas parlamentares estaduais ou federais e convênios que vierem a ser firmados;

7.2. Os pagamentos serão realizados mediante a execução de cada etapa de serviços a cada 30 dias.

7.3. Após conferência da medição pelo Arquiteto responsável pelo acompanhamento das obras do Município, o pagamento será efetuado após a emissão da respectiva nota fiscal, em até 30 (trinta) dias a contar do respectivo protocolo, acompanhada das certidões:

- **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, através de Certidão expedida pelo Órgão responsável da Sede da empresa licitante;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual**, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal**, através de Certidão Negativa de débitos relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições Sociais, expedida pela Receita Federal;
- **Prova de regularidade junto ao FGTS** - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, em situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- **Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho**, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT, expedida Tribunal Superior do Trabalho.

7.4. A empresa executora será responsável por qualquer problema na obra por um período de 01 (um) ano e por 03 (três) anos por problemas estruturais;

7.5. A empresa terá um prazo de **90 (noventa) dias** para conclusão das obras, após emissão da ordem de serviços.

7.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada antes de compensadas eventuais sanções ou penalidades relativas ao descumprimento total ou parcial, dispostas no instrumento contratual.

8.0. CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. Os recursos inerentes à execução de serviços dispostos nas leis orçamentárias aprovadas para o exercício de 2021 em vigor assim classificada: **09.15.12.365.404.2.051.4.4.90.51 FONTE: 12.**

9.0. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

9.1. DA CONTRATADA:

9.1.1. Se compromete a realizar os serviços requisitados de acordo com as especificações previstas neste contrato, enquanto durar a sua vigência;

9.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

9.1.3. Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre o serviço deste contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Contratante;

9.1.4. Iniciar o serviço imediatamente depois de recebida a ordem de serviço da Secretaria requisitante, informando, em tempo, hábil, qualquer motivo impeditivo ao início de sua execução;

9.1.5. Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços, bem como, com ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes e roubo;

9.1.6. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente nos locais de trabalho;

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato sem a anuência do contratante;

9.1.7. A Contratada deverá executar os serviços em até 90 (noventa) dias após o recebimento da Ordem de Serviço.

9.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas diretas ou indiretas tais como: salários, transporte, alimentação, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho da prestação dos serviços objeto deste contrato.

9.1.9. Responsabilizar-se pela eventual necessidade de substituição do(s) equipamento(s)/ferramenta(s) por outro(s) nas mesmas condições, quando houver necessidade de consertos ou revisão.

9.1.10. Manter, durante a execução do contrato, todas as exigências do ato convocatório.

9.1.11. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários ou quaisquer despesas inerentes a esta Contratação, os quais deverão estar inclusos nos preços ofertados.

9.1.12. Assumir todos os riscos pela manutenção dos equipamentos/ferramentas, não cabendo ao CONTRATANTE nenhuma responsabilidade por eventuais danos sofridos ou causados pelo mesmo, tanto materiais como físicos, em caso de acidentes aos funcionários, devendo a CONTRATADA providenciar seguro contra acidentes pessoais.

9.1.13. Comunicar aos seus Contratados todas as políticas internas da empresa, bem como comunicá-los sobre as mudanças que venham a acontecer no decorrer do Contrato.

9.1.14. Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares de Segurança, Medicina e Higiene do Trabalho, bem como as demais normas trabalhistas tais como pagamento de verbas e encargos trabalhistas dos seus contratados.

9.2. DO CONTRATANTE:

9.2.1. São de responsabilidades da Contratante o acompanhamento e a conferência dos serviços executados conforme disposto no edital.

9.2.2. O CONTRATANTE designará o Senhor **THIAGO SILVA OLIVEIRA – CREA/CAU Nº A109143-3** como **Gestor do Contrato** responsável pela fiscalização e acompanhamento da sua execução nos termos do **art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93**, conforme decreto de nomeação.

9.2.3. O CONTRATANTE se obriga a efetuar o devido pagamento ao **CONTRATADO**, referente aos serviços executados, e remeter advertência ao **CONTRATADO**, por escrito, se os serviços não forem executados de forma satisfatória.

9.2.4. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Termo de Referência e do Contrato.

9.2.5. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o que estabelecem o Termo de Referência e do Contrato.

9.2.6. Atestar as notas fiscais/faturas no caso de pessoa jurídica e verificar relatórios e folha de frequência para as pessoas físicas, desta forma, será liberado o processo de pagamento no prazo determinado;

9.2.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as imperfeições, falhas, e demais irregularidades constatadas na execução dos procedimentos previstos no presente Termo de Referência e no Contrato.

Efetuar os pagamentos, no prazo e nas condições indicadas neste instrumento, comunicando à CONTRATADA quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos.

9.2.8. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA.

9.2.9. O CONTRATANTE poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA.

9.2.10. Poderá o CONTRATANTE sustar o pagamento de qualquer nota fiscal/Recibo, nos seguintes casos:

- a) incoerência na prestação de serviços, de responsabilidade da CONTRATADA;
- b) prestação de serviço em desacordo com as condições estabelecidas;
- c) erros, omissões ou vícios nas notas fiscais;

10.0. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

10.1. A vigência do contrato administrativo será até o dia 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, objetivando resguardar o pagamento das despesas decorrentes com a execução das obras e serviços considerando que a execução das obras se estima em 90 (noventa) dias, conforme detalhado no cronograma físico financeiro.

11.0. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA PRORROGAÇÃO:

11.1. A paralização ou redução do ritmo de execução da obra, por ato da Administração deverá ser motivado e fundamentado, sendo o mesmo considerado para devolução e prorrogação;

11.2. As obras poderão ser prorrogadas até o ato de sua conclusão, quando a alteração do cronograma de execução for provocada pela Administração, observados os fundamentos e motivação, e desde que mantidas as condições inicialmente pactuadas;

11.3. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, nos casos dispostos no art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93;

11.4. Caso haja necessidade de aditamento, supressão, ou por motivo de caso fortuito ou força maior, se no prazo acordado não se constituir êxito na conclusão do objeto, observado as condições estatuídas na Lei Federal nº 8.666/93.

12.0. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DAS OBRAS:

12.1. As obras em desconformidade com as especificações técnicas não serão aceitas pela administração, salvo situações provenientes de alteração de projeto devidamente documentadas.

12.2. As falhas e vícios de construção não serão admitidos até a integral reparação e adequação, sem ônus para a administração mantidas as condições de qualidade, nos prazos arrazoados pela Administração e reduzidos a termo, conforme art. 69, caput da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções editalícias e contratuais.

12.3. O descumprimento dos prazos de conclusão pode caracterizar descumprimento parcial ou total do contrato gerando as sanções previstas neste edital.

12.4. Após a conclusão de cada etapa de obra, a **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente a Administração para vistoria, que emitirá no prazo de até 15 dias, para o termo de aceite e recebimento provisório, nos termos do art. 73, I, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.5. Após a conclusão total da obra, a contratada comunicará formalmente a Administração que no prazo de até 60 dias emitirá o termo de recebimento definitivo, ficando a contratada responsável pelas garantias da legislação civil e legislação especial, cabível ao caso respectivo.

13.0. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

13.1. O contrato poderá ser **alterado mediante Termo Aditivo, com as devidas justificativas e motivações, nos casos previsto no art. 65, I e II, da Lei Federal nº 8.666/93.**

13.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras e serviços, até o percentual de **25% (vinte e cinco) por cento**, do valor inicial atualizado do contrato, **nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal 8.666/93**, sendo vedados acréscimos que ultrapassem os referidos limites.

14.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE E RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS:

14.1. As variações de preços ocorridas em razão atualização e compensações não poderão ser reajustados.

14.2. Poderá haver a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos valores contratados, nos termos do art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que se comprove de forma incontestada, o fato imprevisível mediante motivos e fundamentos capazes de suportar o pleito.

14.3. O pedido de equilíbrio econômico-financeiro disposto no item retro será solicitado por meio de petição formal protocolada junto à Administração, devidamente instruída com os fatos, fundamentos e documentos que comprovem a imprevisão para o caso, cujo pedido não gera efeito suspensivo quanto às solicitadas já efetivadas.

14.4. O Município de Ouro Verde de Goiás - GO terá 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a análise dos fatos, desde que a documentação instrutória seja suficiente para comprovar o pleito.

14.5. Caso a documentação inicialmente apresentada seja insuficiente para a esmerada análise do pleito, poderá a Administração diligenciar o fornecedor para justificação ou mesmo complementação documental necessária a conclusão do pleito.

14.6. Caso ocorra a necessidade de diligenciamento a Administração suspenderá os pedidos até o julgamento do pleito estando o fornecedor suspenso temporariamente das obrigações.

14.7. Sendo julgado improcedente o pleito de reequilíbrio econômico financeiro ou mesmo constatado que possuiu fins protelatórios serão aplicadas ao fornecedor registrado as sanções dispostas neste edital.

14.8. Em ambos os casos o reajuste e a recomposição dependerão de aprovação prévia do Município, comprovado a fonte de recurso e disponibilidade orçamentária e financeira, bem como permissiva expressa do Conveniente.

15.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO:

15.1. DA INEXECUÇÃO:

15.1.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas aos serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente.

15.2. DA RESCISÃO:

15.2.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, sem prejuízo das sanções dispostas no edital e instrumento de contrato e demais previstas em lei ou regulamento.

15.3. Constituem, além de qualquer transgressão de legislação ou regulamento, causas de rescisão contratual:

15.3.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

15.3.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

15.3.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

15.3.4. O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

15.3.5. A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

15.3.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

15.3.7. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

15.3.8. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

15.3.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

15.3.10. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

15.3.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

15.3.12. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

15.3.13. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

15.3.14. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

15.4. A rescisão do contrato poderá ser:

15.4.1. Determinada por **ato unilateral** da Administração conforme determina o Art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.4.1.1. A rescisão unilateral ser dará sempre que motivada pelo **CONTRATADO**, em especial nas situações dispostas nos incisos I a XII e XVII do **art. 78**, da Lei Federal nº 8.666/93.

15.4.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15.4.2.1. A rescisão bilateral amigável deverá ser precedida de autorização, devidamente motivada e fundamentada pelas partes.

15.4.3. Judicial, nos termos da legislação;

16.0. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo **CONTRATANTE**, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem além das sanções pecuniárias escritas neste edital e ainda:

16.1.1. Advertência por escrito;

16.1.2. Multa.

16.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 anos.

16.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo de 02 até (dois) anos, conforme dispõe o art. 87, da Lei nº 8.666/93;

16.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 anos.

16.1.2. A sanção prevista no **Item 16.1.4**, depende de processo administrativo e manifestação da Assessoria Jurídica, depois de concedido o contraditório e a ampla defesa dos interessados, por um prazo de 15 (quinze) dias.

16.3. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93.

17.0. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS:

17.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora no percentual de **2% (dois por cento)** sobre o valor disposto no cronograma para o período, e ainda se perdurar a inércia será atribuída juros moratórios de **0,33% ao dia** sobre o saldo do valor contratado, limitado a **10%.**

17.2. A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

18.0. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

18.1. A Administração Municipal convocará a licitante vencedora do certame por publicação no site oficial do município ou e-mail, em até 05 (cinco) dias úteis, após a homologação da Tomada de Preços e adjudicação a informar a modalidade de garantia de execução contratual, no valor de **05% (cinco por cento)**, do valor global contratado, na modalidade que optar dentre as adiante relacionadas:

18.1.1. Caução em Títulos da Dívida Pública – os títulos deverão ser escriturais mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

NOTA: A LICITANTE VENCEDORA deverá prestar esta modalidade de garantia no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato sob pena de aplicação de penalidades.

18.1.2. Seguro-Garantia – a apólice deverá vigor pelo prazo do CONTRATO.

NOTA 1: Caso a Licitante optar por essa modalidade de garantia deverá inserir na apólice cobertura referente às obrigações trabalhistas bem como as previdenciárias e fiscais.

NOTA 2: A LICITANTE VENCEDORA deverá prestar esta modalidade de garantia no prazo de **15 (quinze)** dias após a assinatura do contrato sob pena de aplicação de penalidades.

18.1.3. Fiança Bancária – A carta de Fiança deverá vigor pelo prazo do CONTRATO.

NOTA: A LICITANTE VENCEDORA deverá prestar esta modalidade de garantia no prazo de **15 (quinze)** dias após a assinatura do contrato sob pena de aplicação de penalidades.

18.1.4. Caução em dinheiro: No caso de dinheiro o depósito deverá se efetuar na conta bancária em nome do Município de Ouro Verde de Goiás sendo: Agência 5127, Conta Corrente nº 2339-7 (arrecadação) Banco Itaú. As demais garantias seguem o prazo retro e a não comprovação da garantia inabilitará o licitante e a não comprovação da garantia inviabilizará a assinatura do contrato, possibilitando as sanções previstas neste edital.

NOTA: A LICITANTE VENCEDORA deverá prestar esta modalidade de garantia no prazo de **5 (cinco)** dias após a assinatura do contrato sob pena de aplicação de penalidades.

18.2. No caso de utilização da garantia para o pagamento de débitos da licitante vencedora, esta deverá providenciar a correspondente reposição no prazo máximo de **05 (cinco)** dias úteis a contar da data em que for notificada.

18.3. A garantia somente será liberada após o cumprimento integral das obrigações da licitante vencedora e desde que não haja pendências com o **Município de Ouro Verde de Goiás**.

19.0. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1. As partes dão ao presente instrumento o caráter de título executivo extrajudicial, nos termos do **Art. 784, Inciso II** do Código de Processo Civil Brasileiro.

19.2. Fica eleito o foro da Comarca de **Anápolis - Goiás**, para dirimir quaisquer dúvidas provenientes da execução e cumprimento do mesmo, renunciando a qualquer outro, por mais especial que se apresente.

19.3. E, por estarem assim justos e contratados, digitou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, sendo que uma delas constituirá o arquivo cronológico do **Município** e, depois de lido e achado conforme pelos partícipes, na presença das testemunhas abaixo declaradas, foi tudo aceito, sendo assinado pelo CONTRATANTE, pelo CONTRATADO e pelas testemunhas.

Município de Ouro Verde de Goiás - GO, aos ____ dias do mês de _____ de 2021.

WELLINGTON REZENDE DE MOURA
MUNICÍPIO DE OURO VERDE DE GOIÁS
CNPJ sob o n.º 01.485.531/0001-84

GESTOR DO MUNICÍPIO DE OURO VERDE DE GOIÁS

LIZANIA NUNES DA CUNHA RAMOS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CNPJ SOB Nº 30.597.659/0001-38
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADO**

Testemunhas:

Nome. _____

CPF. _____

Nome. _____

CPF. _____



ANEXO XIV
TERMO DE RENÚNCIA DE PRETENSÃO RECURSAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021

TERMO DE RENÚNCIA DE PRETENSÃO RECURSAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, sediada na _____, na de Cidade _____, Estado de _____, por meio de seu Sócio Representante () ou Procurador (), compareceu à sessão de abertura do Edital de **Tomada de Preços nº 004/2021** necessitando de se ausentar da sessão por motivo de: _____, razão pela qual **DECLARAMOS O DESINTERESSE DE PRETENSÃO RECURSAL, não tendo nenhuma oposição aos atos até então praticados pela Comissão e Licitantes.**

Nome do Rep./Proc. _____,

CPF-MF n.º _____.

Endereço: _____,

Cidade: _____ - UF _____.

Telefone: _____;

E-mail: _____.

_____, GO, aos ____ / ____ / ____.

(Assinatura)